



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ALINE PEREIRA DE HOLANDA

**AS REPRESENTAÇÕES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DAS PRÁTICAS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR CONTIDAS NAS PÁGINAS DA REVISTA
BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, NO PERÍODO DE 1979 A 1991.**

**DOURADOS – MS
2017**

ALINE PEREIRA DE HOLANDA

**AS REPRESENTAÇÕES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DAS PRÁTICAS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR CONTIDAS NAS PÁGINAS DA REVISTA
BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, NO PERÍODO DE 1979 A 1991.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História, Políticas e Gestão da Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

Orientação: Prof^ª Dr^ª Alessandra Cristina Furtado

**DOURADOS – MS
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

H722r Holanda, Aline Pereira De

As representações da formação de professores e das práticas de educação física escolar contidas na revista brasileira de ciências do esporte, no período de 1979 a 1991. / Aline Pereira De Holanda -- Dourados: UFGD, 2018.

102f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Alessandra Cristina Furtado

Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação,
Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Imprensa Periódica. 2. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. 3.
Formação de Professores. 4. Práticas de Educação Física. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ALINE PEREIRA DE HOLANDA

**AS REPRESENTAÇÕES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DAS PRÁTICAS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR CONTIDAS NAS PÁGINAS DA REVISTA
BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, NO PERÍODO DE 1979 A 1991.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Alessandra Cristina Furtado - UFGD
Presidente/Orientadora

Prof. Dr. Tony Honorato – UEL
Membro Externo

Profª Drª Rosimeire de Lurdes Monteiro Ziliani - UFGD
Membro Interno

Profª Drª Maria do Carmo Brazil - UFGD
Suplente

Dourados-MS, 12 de maio de 2017.

*Aos meus filhos Paulo Augusto e João Pedro.
A minha avó Quinha.*

AGRADECIMENTOS

Para o desenvolvimento desta escrita, que por alguns momentos se mostrou azeda como um limão e tão doce como mel, pude entender de fato o mais genuíno significado da palavra “orientação”, pois o primeiro nome que elenco é da Professora Doutora Alessandra Cristina Furtado que menciono como minha orientadora, e por vezes foi mãe, amiga, professora, parceira e, sobretudo, gente. Esse caminhar não faria sentido sem que houvesse sua intensa corroboração.

O segundo nome a ser mencionado é do meu amigo de curso e da vida Silvano Ferreira de Araújo, que nos momentos de dificuldades me auxiliou com um papo agradável e conceitos preciosos, todos com o devido embasamento (juro que neste momento fiquei emocionada).

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD) pelos ensinamentos, debates e vivenciados.

Aos professores: Dr. Tony Honorato e Dr^a Rosimeire de Lurdes Monteiro Ziliani pela participação nas bancas de qualificação/defesa, assim como pelas valiosas sugestões apontadas durante este processo.

Aos colegas do Mestrado, em especial aos da linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade: Genivaldo Alves, Fanny Valdez, Samara Grativol, Eglem Passone, Adrielle Squincaha, Joice Kochi, Victor França e Janaina Ohlweiler. Não posso deixar de mencionar a deliciosa presença que tivemos tão breve, no entanto, tão intensa da Maria Ivonete, guerreira na vida e nos estudos, uma fonte de inspiração, outras duas “intrusas” de linha que na verdade nos pertenciam: Marielle Duarte e Vera Lucia Amador, figuras adoráveis.

Ao Prof. Dr. Manuel Pacheco Neto por seus valiosos ensinamentos durante a graduação e para além dela.

Ao Prof. Dr. Warley Carlos de Souza, parceiro e orientador e Prof. Dr. Mario Sergio Vaz da Silva, sempre “querido e gentil”.

À Fernanda Santos Lima, secretária do PPGEdu/UFGD e à Markley Florentino, técnica administrativa do Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME), pela atenção a mim dispensada.

Aos amigos da vida e do hospital que torceram por mim, choraram, sorriram comigo sempre, muitas saudades.

Aos meus gestores das escolas que trabalho, que se dispuseram em entender minhas ausências durante esse processo de mestrado.

E por fim, e não menos importante agradeço aos meus familiares que amo incondicionalmente, que certamente sentiram minha ausência e meu desgaste na feitura deste trabalho, mãe você é massa.

Ao sanfoneiro mais lindo de todos, que por vezes fez a trilha sonora dos meus estudos.

Aos amigos Wesley (que tem o sorriso mais lindo e sincero de todos), Kelen, Fran, Camilinha, Vinicius, Sandra, Daiane, Liliana (quantas saudades), Viviane, Douglas, Leopoldo, Andréia, Tati e Helen por terem, cada um ao seu modo, contribuído para a consolidação deste trabalho.

RESUMO

Esta Dissertação tem como objetivo analisar como a formação de professores e as práticas de Educação Física foram representadas na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) entre 1979 a 1991. O recorte temporal no ano de 1979 justifica-se por sinalizar o período de criação e de publicação do primeiro volume dessa Revista. E, em 1991 por corresponder ao período de publicação do último volume da Revista não tematizada, pois a partir de 1992, as edições passaram a se organizar mediante temas específicos. A pesquisa tem como referência o pensamento de Chartier (2002), sobretudo, com base no seu conceito de representações. Recorre, ainda, a uma literatura ligada ao estudo dos impressos, à História da Educação e sobre a área de Educação Física. A metodologia utilizada nesta investigação a caracteriza como uma pesquisa documental, pois toma como fonte de estudo as 33 edições da RBCE que circularam no período de 1979 a 1991. Com esta pesquisa foi possível constatar que a RBCE é um periódico científico da área de Educação Física e Ciências do Esporte, editado e publicado trimestralmente pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) desde setembro de 1979. Verificar que, os artigos sobre a temática formação de professores publicados na revista no período, estavam representados ora voltados para uma Educação Física de caráter competitivista ora voltados para uma concepção de Educação Física, mais de caráter filosófico, progressista. E, observar que, os artigos acerca da temática práticas de Educação Física publicados na revista estiveram representados abordando debates que circularam em torno da Educação Física do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, tratando das concepções de Educação Física e debatendo práticas em torno da Educação Física voltadas para dentro do Ensino Superior e também com estudos direcionados para dentro das escolas do 1º grau e da Pré-Escola, na época. Assim, esse estudo contribuiu para a construção de uma representação de como se configurou a Formação de Professores e as práticas de Educação Física, registradas em um objeto cultural construído pela imprensa periódica científica, do final da década de 1970 e início da década de 1990.

Palavras-chave: Imprensa Periódica. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Formação de Professores. Práticas de Educação Física.

ABSTRACT

This paperwork aims to analyze how the training of teachers and the practices of Physical Education were represented in the Brazilian Journal of Sports Sciences from 1979 to 1991. The temporal cut in the year 1979 is justified by the signaling period of creation and publication of the first volume of the Journal. In 1991 correspond to the last volume of the non-thematized Magazine publication, and since 1992 editions began to be organized through specific themes. The research has as reference the thought of Chartier (2002) based on the concept of representations. It also reports to a literature related to the study of printed matter to the History of Education and to the area of Physical Education. The methodology used in this research was a documentary one, since it takes as its source the 33 editions of the Journal that circulated from 1979 to 1991. With this research it was possible to verify that this Journal was a scientific one for the Physical Education area and Sports Sciences, edited and published quarterly by the Brazilian College of Sports Sciences since September 1979. To verify that the articles on the theme of teacher training published in the journal in the period were represented by a Physical Education of Competitivist character, now oriented towards a conception of Physical Education, as a philosophical, progressive one and to observe that the articles on the subject of Physical Education practices published in the magazine were represented discussing debates that circulated around Physical Education in the late 1970 and early 1980, dealing with the conceptions of Physical Education and debating practices around it focused on Higher Education and also with studies directed to the schools of the 1st grade and the Pre-School, at the time. Thus, this study contributed to the construction of a representation on how the Teacher's Training and Physical Education practices were configured, registered in a cultural object constructed by the periodical scientific press, of the late 1970 and early 1990.

Keywords: Periodic Press. Representations. Teacher training. Physical Education Practices

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Capas RBCE (1979-1991)	45
Quadro 2 – Datas e edições dos Anais RBCE (1979-1991).....	51
Quadro 3 – Comissão Editorial RBCE (1979-1991).....	51
Quadro 4 – Temas Abordados no I Congresso Brasileiro de Ciencia do Esporte.....	57
Quadro 5 – Temas Abordados no II Congresso Brasileiro de Ciencia do Esporte	59
Quadro 6 – Temas Abordados no III Congresso Brasileiro de Ciencia do Esporte	59
Quadro 7 – Temas Abordados no IV Congresso Brasileiro de Ciencia do Esporte.....	60
Quadro 8 – Temas Abordados no V Congresso Brasileiro de Ciencia do Esporte	61
Quadro 9 – Temas Abordados no VI Congresso Brasileiro de Ciencia do Esporte.....	61
Quadro 10 – Temas Abordados no VII Congresso Brasileiro de Ciencia do Esporte.....	62
Quadro 11– Autores dos artigos que versam sobre formação de professores	69
Quadro 12– Autores dos artigos que versam sobre as práticas de Educação Física.....	71
Quadro 13– Artigos sobre formação de professores de Educação Física.....	75
Quadro 14– Artigos sobre práticas de Educação Física Escolar.....	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Piramidal	25
Figura 2 – Capa do v. 1 n. 1 RBCE	46
Figura 3 – Capa do Suplemento n. 1 RBCE.....	47
Figura 4 – Capa do v. 5 n. 1 RBCE	47
Figura 5 – Capa do v. 7 n. 1 RBCE	48
Figura 6 – Capa do v. 7 n. 2 RBCE	48
Figura 7 – Capa do v. 9 n. 1 RBCE	49
Figura 8 – Capa do v. 10 n. 1 RBCE	49
Figura 9 – Capa do v. 13 n. 1 RBCE	50

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DED	Departamento de Educação Física e Desportos
DEF	Divisão de Educação Física
GEPHEMES	Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
PATEF	Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física
PCNEF	Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física
PIDIC	Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural
PNED	Plano Nacional de Educação Física e Desportos
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PR	Paraná
PRODED	Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RJ	Rio de Janeiro
SEED	Secretaria de Educação Física e Desportos
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..	13
CAPÍTULO 1 - O CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA DO FINAL DA DÉCADA DE 1970 A 1990..	21
CAPÍTULO 2 - A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE: APRESENTANDO E CARACTERIZANDO A FONTE DE PESQUISA	40
2.1 A Revista Brasileira de Ciências do Esporte: o surgimento desse impresso.....	40
2.2 A Revista Brasileira de Ciências do Esporte: capas e propagandas	44
2.3 A Revista Brasileira de Ciências do Esporte: edições e comitê editorial	50
2.4 A Revista Brasileira de Ciências do Esporte: temas, seções, editoriais, artigos e circulação.....	54
CAPÍTULO 3 - A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE	65
3.1 Autores que tratam da formação de professores e das práticas dos professores de Educação Física escolar.....	68
3.2 A formação de professores de Educação Física na RBCE.....	75
3.3 As práticas de Educação Física escolar na RBCE	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	95
LEGISLAÇÃO	95
FONTES	95
BIBLIOGRAFIA	97

INTRODUÇÃO

“O pouco que aprendi até agora é quase nada em comparação ao que eu ainda não sei” (RENÉ DESCARTES).

As revistas denominadas científicas tornaram-se importantes aos estudos da História da Educação como fontes e/ou objetos de estudos. A presente Dissertação tem como objetivo analisar como a formação de professores e as práticas de Educação Física foram representadas na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), entre 1979 a 1991.

Este recorte temporal compreende momentos importantes da trajetória da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE). O ano de 1979 sinaliza o período de criação e de publicação do primeiro volume dessa Revista. O ano de 1991 corresponde ao período de publicação do último volume da Revista não tematizada, pois a partir de 1992, as edições passaram a se organizar mediante temas específicos.

A RBCE foi criada com intuito de fomentar as discussões advindas do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), evento este criado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) em 1978. O CBCE é uma entidade científica que abarca pesquisadores ligados à área de Educação Física e Ciências do Esporte. Esse Colégio se organiza em Secretarias Estaduais e Grupos de Trabalhos Temáticos, liderados por uma Direção Nacional, cuja sede era localizada em São Sebastião – SP.

O CONBRACE era realizado a cada dois anos, destinava-se a conteúdos científicos da área, com um enfoque especial aos assuntos da Educação Física na área da medicina desportiva, fisiologia e a uma esportivização do ensinar a Educação Física. As publicações acerca das discussões trazidas pelo CONBRACE ganhavam destaque nas edições da Revista, conforme poderá observar no segundo capítulo deste trabalho.

Apresento minha trajetória como aluna de Educação Física e de aluna especial em uma disciplina no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, pois considero esses dois percursos determinantes para a escolha do tema de pesquisa desta Dissertação. Não possuía habilidades esportivas, no entanto, era muito participativa nas aulas, havia em mim uma vontade em mudar as práticas excludentes muitas vezes presenciadas.

Foi somente após 13 anos atuando como técnica de Enfermagem decide mudar de profissão e realizar um curso superior, me inscrevi no vestibular de Educação Física da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), loucura para muitos, aventura para

outros, mas para mim seria a realização de um sonho, tornar-me professora. Aquela escolha foi de fato a mais corajosa e desafiadora de minha vida, após a maternidade é claro.

As expectativas foram as mais altas possíveis, fazia parte da primeira turma do referido curso, quanta honra, em nossa aula magna pude compreender o que de fato significava aquela escolha feita em dezembro de 2008.

Ao terminar a graduação, fui motivada pelo melhor parceiro de turma que poderia ter tido Silvano Ferreira de Araújo para cursar uma disciplina como aluna especial do Mestrado, a disciplina de Pesquisa Educacional, ministrada pela Professora Doutora Kênia Hilda Moreira. Posso dizer que foi a partir daí que, surgiu o meu interesse pela área de História da Educação, principalmente, a partir de uma apresentação realizada pela Professora Doutora Alessandra Cristina Furtado, que expôs sobre a linha de História da Educação, Memória e Sociedade da FAED – UFGD, relatando as pesquisas desenvolvidas por cada um dos professores. Neste momento, tive a oportunidade de conhecer a produção da linha e possibilidades de pesquisa.

A partir daí, iniciei minha participação nas reuniões do Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES) liderado pela Professora Doutora Alessandra Cristina Furtado, o que contribuiu ainda mais para o meu interesse nesta área de pesquisa da História da Educação e o desenvolvimento do pré-projeto, que apresentei no processo de seleção de mestrado, para a turma de 2015, o qual fui aprovada.

Com o objetivo de desenvolver uma pesquisa utilizando um impresso como fonte de pesquisa, na área de História da Educação Física, tornou necessário realizar um levantamento de revistas da área de Educação Física. Como sou licenciada em Educação Física pela Universidade Federal da Grande Dourados, durante a graduação tive contato com a Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), pois lemos e discutimos artigos dessa Revista no decorrer do Curso. Assim, pude perceber que uma investigação que tomasse a Revista Brasileira de Ciências do Esporte criada pelo Colégio Brasileira de Ciências do Esporte no final da década de 1970, como fonte de pesquisa poderia trazer uma contribuição importante para os estudos sobre a História da Educação Física.

É oportuno registrar aqui que, a imprensa utilizada como fonte anuncia discursos e expressões de diferentes protagonistas, possibilitando inferir características e problemas de uma dada época. Para Lopes e Galvão (2001), o uso de jornais e revistas como fonte na pesquisa historiográfica teve seu prestígio validado há mais tempo na preferência dos pesquisadores da História.

No Brasil, o uso dos impressos como fonte de pesquisa para historiografia, teve início nos anos de 1970, tornando-se importante instrumento para o estudo de uma sociedade. No caso da História da Educação, muitos dos pesquisadores têm se dedicado, desde a década de 1990, ao estudo da imprensa periódica. Cumpre lembrar ainda que, os estudos que utilizam essa imprensa como fonte avançaram muito no Brasil, sobretudo depois dos anos de 1990, haja vista o número de revistas, jornais e outros periódicos publicados com regularidade devido aos interesses educacional e pedagógico.

Desse modo, pesquisas que abordam a imprensa pedagógica como fonte e/ou como objeto têm-se tornado cada vez mais frequentes nas investigações no campo da História da Educação. No entendimento de Nóvoa (1997, p. 12-13),

[...] a imprensa é o melhor meio para apreender a multiplicidade do campo educativo [...] revela múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos, etc.), mas também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e dos jovens. A imprensa constitui uma das melhores ilustrações de extraordinária diversidade que atravessa o campo educativo.

De acordo com Nóvoa (1997), pode-se dizer que, a imprensa constituída por jornais, revistas, boletins feitos por professores e para professores, feita para alunos e por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou por outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igreja, oferece muitas perspectivas para apreender o campo educativo.

Há de se considerar que eleger a imprensa periódica como fonte e/ou objeto de pesquisa permite ao pesquisador no caso da área de História da Educação ampliar as suas fontes de estudos. Barreira (2004, p. 402) esclarece que,

[...] No que diz respeito aos estudos sobre a História da Educação Brasileira, este tipo de documentação permite que se ultrapasse a mera história das idéias pedagógicas. Ao relacionar o texto e o uso a que foi submetido, o pesquisador consegue fazer o que Chartier (1987) designa por 'captar a história de determinado impresso' e assim, perceber os conflitos, maiores ou menores que ocasionou desde sua produção até sua circulação e sua apropriação pelos leitores.

As potencialidades do uso dos impressos como fonte ou objeto de estudo tem contribuído para tornar visíveis os desdobramentos que ocorrem no meio educacional, de acordo com os interesses dos “agentes” envolvidos, pois, “[...] a natureza da informação

fornecida pela imprensa, que lhe concede um caráter único e insubstituível” (NÓVOA, 1997, p. 13). Desse modo, pode-se dizer concordando com Nóvoa (1997) que, a imprensa, talvez, seja o melhor meio para compreender:

[...] as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática: o senso comum que perpassa pelas páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a - partir dos diversos actores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições, etc.) (NÓVOA, 1997, p. 13).

A pesquisa realizada por meio de impressos periódicos especializados, como as revistas tornam-se relevantes por serem importantes veículos de disseminação do saber produzido em determinada época e em diversos espaços, onde são discutidos, bem como por divulgar o conhecimento científico produzido em determinado contexto.

As revistas trazem o embasamento que objetivam à construção de uma cultura pedagógica, em muitos momentos compondo um repertório de valores e de conhecimentos destinados a delimitar a prática docente. A esse respeito Carvalho (2007) aponta que as revistas pedagógicas foram adotadas nas décadas de 1910 e 1920 pela pedagogia experimental e trazia consigo uma concepção pedagógica como arte de ensinar, pautada na cópia de modelos já prescritivos de práticas de ensino, cujo sentido estava em os professores extraírem deles seus princípios e aplicá-los inventivamente.

Diante de tais considerações e, sobretudo, com vistas às potencialidades dos impressos enquanto fonte e objeto de estudo para a pesquisa em História da Educação buscou-se neste trabalho, responder ao seguinte questionamento: Quais as representações de formação de professores e de práticas de Educação Física que circularam na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), entre 1979 a 1991?

Para situar essa pesquisa no campo de estudo da História da Educação, foi realizado um mapeamento de trabalhos publicados nos sites, da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP), da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram, ainda, consultados sites de programas de pós-graduação em diferentes Universidades empregando os termos/palavras-chave: História da Educação, História da Educação Física, Educação Física e Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Estudo de Revistas.

Neste levantamento, foi possível verificar que, nas últimas décadas, as pesquisas acerca dos impressos periódicos especializados vêm se destacando no campo de estudo da História da Educação. Um bom exemplo de trabalho encontrado é a tese de doutorado de Maurilane de Souza Biccás, que utiliza o impresso pedagógico como fonte e objeto de pesquisa. A referida tese de doutorado dá origem ao seu livro “O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)”, que analisa o uso de um impresso pedagógico dirigido aos professores de Minas Gerais, visando compreender suas condições de produção e de utilização. Para tanto, a autora demonstra a importância desse impresso “[...] não só pelo seu longo ciclo de vida [1925-1975], mas pelo papel significativo no processo de formação de professores e de conformação do campo educacional mineiro” (BICCÁS, 2008, p. 15).

Outra obra importante localizada foi o livro “Educação em Revista: a Imprensa Periódica e a História da Educação”, organizado por Denice Barbara Catani e Maria Helena Camara Bastos (1997). O referido livro apresenta pesquisas sobre a História da Educação no Brasil e no exterior, tendo os periódicos como principal objeto de investigação. Nesse livro, o impresso é analisado sobre várias perspectivas.

No que diz respeito aos estudos sobre a Revista Brasileira de Ciências do Esporte, foi localizada a tese de doutorado de Thiago Pelegrini, intitulada “A Revista Brasileira de Ciências do Esporte e a Revista Stadium: materialidades, estratégias editoriais, representações (1979-1986)”, defendida em 2014, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Nesta tese, o autor buscou identificar e analisar a gênese, a materialidade e o processo de constituição de construções discursivas e de representações que foram veiculadas pela Brasileira de Ciências do Esporte e pela Revista Stadium, revistas especializadas na área de Educação Física entre os anos de 1979 a 1986.

Outro trabalho encontrado foi a dissertação de mestrado intitulada “Concepções de Educação Física na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (1979-1986)”, defendida por Thais Cristina de Oliveira, em 2011, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Nesta dissertação, a autora investiga as concepções de Educação Física e seus elos na construção histórica dessa área de estudos, pesquisas e ações pedagógicas. A autora apresenta, também, as modificações conceituais dos textos que inicialmente traziam uma Educação Física com cunho especificamente tecnicista e com as mudanças do seu corpo editorial passaram a apresentar uma criticidade e cientificidade para essa disciplina.

A dissertação de mestrado de Luciano Galvão Damasceno, intitulada “30 Anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: Educação Física e a construção de uma

hegemonia”, defendida em 2011, na Universidade de Campinas – UNICAMP, embora o estudo aborde sobre o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, o autor traz apontamentos de como surgiu a Revista Brasileira de Ciências do Esporte e quais foram os objetivos de sua criação.

Diante dessa produção acadêmica que toma a RBCE como fonte e/ou objeto foi possível observar que são poucos os estudos realizados pela historiografia educacional brasileira até o presente momento. Desse modo, esse levantamento permite entrever que, embora a Revista Brasileira de Ciências do Esporte já tenha sido tomada como fonte ou como fonte e objeto em dissertações e tese, a formação de professores e as práticas de Educação Física ainda não se constituíram em objetos de estudos nela investigado. Sendo assim, um estudo como o aqui realizado torna-se relevante para a área de História da Educação e, mais especificamente para a História da Educação Física no Brasil.

Para a fundamentação teórica do trabalho que utiliza a RBCE como fonte de pesquisa, recorreu-se aos referenciais da Nova História Cultural, bem como a leituras sobre história da educação, sobre os impressos, entre outros. Para Chartier (2002, p. 14), a Nova História Cultural surgiu da “emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc”. No entendimento de Burke (2005, p. 7), a “história cultural [...] foi descoberta nos anos 1970 [...] Desde então, vem desfrutando de uma renovação, sobretudo no mundo acadêmico”.

Como o objetivo principal da Nova História Cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, e que “as representações do mundo social, assim construídas [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. “Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 2002, p. 16-17), ou seja, a representação pode ser entendida como a produção de uma rede de relações, empregada quando se quer compreender o *modus operandi* da sociedade ou determinar as operações intelectuais que permitem compreender o contexto o qual se está inserido. Nesse sentido, Chartier (1991, p. 184), indica um duplo significado para representação:

[...] as acepções correspondentes à palavra ‘representação’ atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro é a apresentação de uma

presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa (CHARTIER, 1991, p. 184).

Para a função do conceito de representação, defendida por Chartier (1991), Carlo Ginzburg (2001, p. 85) afirma que:

[...] ‘representação’ faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar.

Essa relação de poder está sempre “relacionada à posição que esses indivíduos ocupam num determinado momento histórico, e em uma luta constante com outras representações sociais: cada classe organiza o real ao seu modo e entra na disputa a partir de uma determinada posição social” com diferentes formas de “conceber uma determinada realidade, a representação se torna inseparável da prática: a prática é uma ação no mundo que faz reconhecer o lugar social” (BICCAS, 2012, p. 286).

Diante disso, o conceito de representação, sobretudo, de Chartier (1991) foi utilizado nesta pesquisa, para analisar como a formação de professores e as práticas de Educação Física foram representadas na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), entre 1979 a 1991.

A pesquisa ainda se baseou nas produções da área de Educação Física, com os trabalhos de autores como: Ghiraldelli Jr (1988); Bracht (1992); Castellani Filho (2000; 2010), Taborda de Oliveira (2001); Daólio (1997, 2003); Paiva (2004); Darido (2003, 2010), entre outros.

Para a análise da Revista Brasileira de Ciências do Esporte foi consultando o site¹ da Revista na internet, que tem todos os seus volumes e edições desde a primeira Revista publicada em 1979. Sendo assim, a metodologia utilizada nessa investigação a caracteriza como uma pesquisa documental, uma vez que toma a Revista Brasileira de Ciências do Esporte como fonte, no período de 1979 a 1991, para investigar as representações da formação de professores e das práticas de Educação Física que circularam em suas páginas. Uma seleção no site da Revista permitiu levantar 33 edições da RBCE, que circularam no período em estudo, dentre essas 9 circularam na forma de Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e 24 edições no formato de revista.

¹ <http://www.rbceonline.org.br>

Desse modo, na análise das representações sobre a formação de professores e das práticas de Educação Física privilegiou-se no terceiro capítulo, apenas o exame das 24 edições no formato de revista. Para a seleção dos artigos foram utilizados os seguintes descritores/unitermos: avaliação, crescimento do 3º grau nos anos 1970; subsídios para a formação de professores de Educação Física; habilidades esportivas; práticas de ensino; capacidades intelectuais de professores de Educação Física; corpo docente; interdisciplinaridade; vivência social; dualidade da Educação Física.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado “O Campo da Educação Física do final da década de 1970 a 1990” faz uma análise histórica de como se constituiu o campo da Educação Física do final da década de 1970 e início da década de 1990, sobretudo, com o intuito de permitir uma compreensão do surgimento da Revista Brasileira de Ciências do Esportes nesse contexto.

O segundo capítulo intitulado “A Revista Brasileira de Ciências do Esporte: caracterização da fonte de pesquisa” apresenta a fonte e a caracteriza no período em estudo neste trabalho. Além disso, discute como se deu a criação deste impresso, assim como as motivações que levaram o CBCE a criá-lo no final da década de 1970.

E, por fim, o terceiro capítulo intitulado “A formação de professores e as práticas de Educação Física escolar na Revista Brasileira de Ciências do Esporte” busca analisar como estavam representadas as temáticas da formação de professores e as práticas de Educação Física, que circularam nessa revista, no período de 1979 a 1991.

CAPÍTULO 1

O CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA DO FINAL DA DÉCADA DE 1970 A 1990

Antes de analisar historicamente o campo da Educação Física do final da década de 1970 e início da década de 1990, acredita-se que seja conveniente esclarecer alguns aspectos que marcaram esse campo em períodos anteriores, sobretudo a partir da década de 1960, com a instalação do regime militar, que permitirá compreender as mudanças que vão ocorrer nesse campo, a partir do final da década de 1970, no Brasil.

Com a instauração do regime militar em 31 de março de 1964, o governo brasileiro passou a ser comandado por militares. No início do regime militar, o Brasil foi comandado pelo general Castelo Branco, nome de consenso das forças militares, após a deposição do presidente João Goulart. Com isso, chegaram ao poder os generais defensores de uma intervenção mais duradoura. Essa transição significou uma “fragilização das lideranças civis”

O Golpe Militar de 1964, que veio instaurar o regime militar no Brasil, acabou por resolver a contradição de ajustar a ideologia política aos interesses do modelo econômico. Esse modelo apoiava-se na entrada do capital e das empresas estrangeiras no Brasil. Cabe esclarecer que, a partir de 1960, acentua-se no Brasil a contradição entre o modelo econômico e a ideologia política vigente. Essa contradição pode ser explicada pelo fato de que o modelo econômico exigia cada vez mais a entrada do capital e das empresas estrangeiras no Brasil, enquanto a ideologia política dos que detinham o poder tentava manter o modelo nacionalista, que defendia o crescimento interno por meio do fortalecimento das indústrias brasileiras (SAVIANI, 1976). No entendimento desse autor, a alternativa era ajustar a ideologia política ao modelo econômico ou vice-versa.

Desse modo, que no período posterior ao Golpe Militar de 1964, e em função de um novo momento político e econômico, ocorre à elaboração das reformas educacionais de 1968 (ensino superior) e 1971 (ensino de 1º. e 2º. Graus). No caso, o projeto da Reforma Universitária de 1968 pode apresentar “a forma da universidade brasileira, visando sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (ROMANELLI, 2000, p.222). Contudo, o grupo de trabalho da Reforma Universitária apresentou um projeto de Lei que após três meses de trabalho, o qual foi apreciado, aprovado e promulgado em menos de dois meses como Lei 5.540/68, a qual se move em torno dos princípios contraditórios da racionalização da estrutura e dos recursos e da democratização do ensino. Desse modo,

A lei da reforma do ensino superior se baseia no modelo universitário americano. Estrutura o ensino em básico e profissional com dois níveis de pós-graduação – mestrado e doutorado – (Art. 17, b); adota o sistema de créditos, ou seja, de matrícula por matéria e propõe a avaliação em vez de notas por menções. Estas como outras inovações já introduzidas no modelo de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília – dissolução da cátedra (Art. 33 § 1º) e departamentalização (Art. 11), implementação de cursos de pequena duração (Art. 23, §1º), adoção de formas jurídicas múltiplas (Art. 4) – são agora generalizadas para todas as universidades brasileiras. Mantêm-se a unidade de ensino e pesquisa (Art. 2) e a obrigatoriedade de frequência do ensino para professores e alunos (Art. 29). (FREITAG, 1980, p. 84-5).

No entendimento de Romanelli (2000, p. 228-9), três componentes estruturais da universidade foram consagradas na Reforma Universitária ou Lei 5.540/1968:

organização, em que define a Universidade como lugar preferencial do ensino superior e o Departamento como o órgão que congregará disciplinas afins; administração, cujo reitor é o executivo e os administradores são o órgão central da coordenação do ensino e da pesquisa, junto com o Conselho de Curadores; Cursos, de graduação e pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização, que são promovidos pelas unidades departamentais.

A Reforma Universitária fez com que ocorresse a expansão da pós-graduação, pois, houve então uma ampliação dos cursos privados, culminado por benefícios criados na era Vargas. Biccias e Freitas (2009, p. 265) afirmam que “o governo, além de oferecer uma imunidade fiscal às instituições educacionais em todos os níveis, reconheceu também a primeira universidade privada do país, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro”. Ações do governo para obter um certo controle sobre essas instituições.

No que diz respeito à Educação Física, à Reforma Universitária de 1968 ocorreu na tentativa de uma sistematização empregada ao seu ensino. Embora não se tenha tido uma unanimidade para essa reforma, houve então, um consenso de que mudanças se faziam necessárias, para que essa disciplina se perpetuasse. Para tanto, foram criados grupos de estudos, para se estudar, discutir e repensar práticas empregadas naquele momento histórico. Esses grupos de trabalho acabaram por observar que, os cursos existentes até então, não atendiam as necessidades para uma formação adequada aos professores, pois não apresentavam matérias pedagógicas, não havia também uma estrutura física adequada para que os cursos de técnico esportivo funcionassem. Com o objetivo de atender uma demanda de mercado, observou-se que tais cursos não apresentavam condições adequadas para funcionarem.

Isso fez com que surgisse uma nova proposta voltada ao currículo universitário e a sistematização do ensino de Educação Física, fato ocorrido em função da internacionalização do mercado que pregava uma massificação dos saberes e esportivização do ensino.

No entanto, mesmo que tivessem ocorrido tais reformulações, poucos foram os avanços. A esse respeito, Souza Neto e Alegre (2004) assinalam.

Porém, os resultados dessa preparação profissional continuam a ser questionados. Os argumentos apresentados para fundamentar a necessidade de se (re) pensar os cursos de licenciatura em educação física foram: a) a necessidade urgente e a importância de os cursos se libertarem das “amarras” impostas pelo currículo mínimo; b) as novas demandas do mercado de trabalho que, já há muito, extrapolavam os limites da escola e, por isso mesmo, reclamava um outro tipo de profissional apto para atender, de forma competente, as necessidades sociais, e c) a importância e necessidade de se pensar a educação física como um campo de conhecimento específico (p. 120).

Ainda sobre a reforma universitária e suas perspectivas de modificações do ensino superior, Pinto (2003) traz considerações pertinentes.

Esse trabalho teve início em maio de 1969, quando foi firmado um convênio entre o Conselho Nacional de Recursos Humanos, órgão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, cujo secretário-executivo era Arlindo Lopes Corrêa, e a então Divisão de Educação Física (DEF), do Ministério de Educação e Cultura, dirigida pelo tenente-coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira. (PINTO, 2003, p. 11 e 12).

Embora esses diagnósticos não apresentassem um panorama ideal e até mesmo otimista de como estavam as ações sobre o ensinar os professores de Educação Física, pode-se traçar um novo panorama com as ações futuras, um norte ao que deveria ser as próximas ações desta disciplina. Deu-se início ao que seria apresentado no ano de 1971.

Um marco ocorrido no ano de 1969 foram às inúmeras iniciativas do governo federal na área da Educação Física e dos Esportes, não apenas com o diagnóstico de Educação Física e Desportos, mas também com o início dos Jogos Estudantis Brasileiros, conforme assinala Pinto (2003, p. 12-3),

(Portaria n. 29, da DEF, de 22 de maio/69); a instituição da Loteria Esportiva Federal (Decreto-Lei n. 594, de 27 de maio de 69); a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados para os equipamentos destinados à prática de desportos (Decreto-Lei n. 608, de 4 de junho de 69); a alteração da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, estendendo a obrigatoriedade da prática da educação física a todos os níveis

e ramos de ensino (Decreto-Lei n.705, de 25 de julho de 1969); e a autorização para o MEC constituir um grupo de trabalho (GT) para elaborar um Plano Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação, que, por convênio, seria realizado com recursos provenientes da Loteria Esportiva Federal (Decreto-Lei n.64.905, de 29 de julho de 1969). (PINTO, 2003, p. 12-3).

A respeito de como se deu efetivamente o diagnóstico produzido, por essa reforma universitária, é possível identificar os seguintes tópicos:

O Diagnóstico, produzido em 1969, foi estruturado em 13 tópicos, a saber: 1) As Escolas de EF; 2) A Indústria de material, construção e instalações para a EF e dos Desportos; 3) Ensino Primário; 4) Ensino Médio; 5) Ensino Superior; 6) Instalações urbanas de EF/Desportos; 7) Saunas e Academias; 8) Clubes; 9) Federações; 10) Confederações; 11) Nível de aptidão física; 12) Administração Pública de EF/Desportos e 13) Unidade Funcional do Sistema. Desses tópicos, os dois primeiros foram considerados os de maior importância na posição hierárquica, pois o GT que os elaborou entendeu que eles exerciam influência sobre os demais. (PINTO, 2003, p. 13 e 14).

De acordo com Pinto (2003), esse diagnóstico teve como “base o documento “Manifeste Sur Le Sport, que foi produzido em 1968 pelo Conseil International pour L’Éducation Physique et le Sport da Unesco” (p. 14). “Documento esse considerado básico para atender aos objetivos desse planejamento, para esse diagnóstico, são indicados três princípios para uma nova organização desportiva”, como afirma Da Costa (*apud* Pinto, 2003, p, 14 e 15).

A organização da EF/Desportos é assentada sobre a prática de atividades físicas no âmbito do sistema educacional, abrangendo todas as níveis com ênfase no ensino fundamental; 20 Encontra-se no Diagnóstico uma referência bibliográfica do Manifeste Sur Le Sport como documento do Conselho Internacional de Educação Física e de Esporte (CIEPS) da Unesco, publicado em 1968, em Paris. Já na Revista Brasileira de Educação Física n. 14, existe uma tradução de um documento do mesmo Conselho, cujo título é Manifesto sobre o Desporto, porém datado de 1964. A primeira vista pode-se entender que o segundo é a tradução do primeiro, mas devido ao desencontro de datas e à mensagem presente no documento de 1964, do Presidente do CIEPS, Philip Noel-Baker que propõe uma discussão do que ele chamou de “um projeto de Manifesto”, desconfia-se que o texto presente na revista seja uma tradução de um texto preparatório para o de 1968, Manifeste Sur Le Sport. 2) O objetivo prioritário da EF/Desporto é o da melhoria da aptidão física²¹ da população com um todo. Assim sendo, as instalações para a atividade física fazem parte do equipamento básico urbano, da mesma forma as destinadas à recreação passiva. A tendência prospectiva, localizada diante das crescentes possibilidades econômicas e do tempo livre disponível, é a de deslocar progressivamente a recreação – tanto passiva quanto ativa – para

posição de realce na sociedade. Portanto a Educação Física, Desportiva e Recreativa deve regular o enfoque de lazer, a fim de preparar as populações urbanizadas no que se refere às necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais advindas da vida sedentária; 3) A organização desportiva comunitária – associações desportivas (clubes), ligas, federações, comitês olímpicos, etc. – para maximizar a efetividade, constitui empreendimento de livre iniciativa. Considerada um setor de gênero labor intensivo, no qual a rentabilidade depende de multiplicidade de decisões e comunicações individuais, a intervenção por administração direta estatal mostra-se pertinente (DA COSTA, 1971 *apud* PINTO, 2003 p.14 e 15).

Para esclarecer melhor o modelo de pirâmide proposto por Da Costa (1971), veja o modelo piramidal na figura 1:

Figura 1 - Modelo Piramidal



Fonte: Baseado nas informações de DACOSTA (1971, p. 21).

Esse diagnóstico se apresentou com um modelo de pirâmide esportiva, de forma universalizada, com o intuito de elaborar projetos para o direcionamento de recursos aos setores envolvidos desporto e Educação Física, no entanto, este era um planejamento global, que não considerava as particularidades de cada país. Conforme o modelo de pirâmide estava dividido, no topo estava à competição nacional ou internacional, a base era composta pela massa toda comunidade praticante, esse modelo piramidal tinha pretensão de delimitar os recursos empregados à Educação Física escolar, por meio de Decreto-lei, Pinto (2003) afirma que,

Importante registrar que essa orientação vai repercutir no Decreto-Lei n. 69.450, de 1º de novembro de 1971, que regulamentou a Educação Física no sistema escolar brasileiro. Tem-se no inciso 1º do art. 3º deste, que “a aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino”. Física e Desporto seriam de responsabilidade do Estado Federal. Em contrapartida, os custeios da manutenção, da administração, do funcionamento e da representação seriam de responsabilidade da comunidade. (p. 15).

Esse diagnóstico tinha como função identificar as lacunas existentes nos setores e servir de base para futuras intervenções, pois, naquele momento apresentava-se uma máxima do ideário “ORDEM PARA O PROGRESSO”.

O autor ainda observa as repercussões ocorridas por meio do diagnóstico acerca das representações da Educação Física, pode perceber que nele há uma crítica à ‘dicotomia artificial’ do binômio Educação Física-Desporto, criada pela política adotada pelo governo Vargas, ainda em 1941, de centralização e fortalecimento do setor de esporte.

Assim, esse diagnóstico sofreu severas críticas quanto às representações de Educação Física, pois propunha que Educação Física e o Esporte como sendo a mesma coisa, com a sustentação de que trazia uma organização única para ambas. Desse modo, o diagnóstico acentuou, também, o entendimento de que o esporte deveria ser praticado e ensinado em escolas nas condições de instalações físicas predispostas nos regulamentos internacionais. Para o corpo técnico responsável pela construção do Diagnóstico, o ensino e a aprendizagem de práticas de esporte só poderiam ocorrer se as instituições possuíssem os equipamentos específicos para cada modalidade esportiva. Essa posição fortalece o entendimento da escola como um “celeiro” de futuros atletas.

Contudo, um ponto de acordo por meio desse Diagnóstico foi a necessidade de modernização na estrutura administrativa, substituindo a então, *Divisão de Educação Física* (DEF), órgão que foi considerado desorganizado e com grande deficiência em sua organização operacional. Nesta situação, após o término do Diagnóstico, esse órgão foi substituído pelo Departamento de Educação Física e Desporto (DED), que passa a comandar as ações deste setor. É oportuno destacar aqui que,

[...] o DED/MEC - estava nesse momento profundamente preocupado com a reestruturação da Educação Física escolar no Brasil e, por isso, lançou mão de uma política setorial bastante agressiva do ponto de vista dos meios e dos fins (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Assim, nesse Diagnóstico foi possível concluir que, a Educação Física era realizada nas escolas em precárias condições, principalmente, em cidades distantes do Centro e do Sul do País, pois, os dados apurados (por meio de critérios que merecem questionamento específico), a Educação Física não estava sendo realizada no nível primário de ensino (as quatro séries iniciais do então 1º grau), e nos níveis médio e superior era grande a improvisação de locais e mesmo de aulas, com exceção da Região Sul e do Estado de São Paulo.

Diante dessas conclusões do Diagnóstico, uma das primeiras providências foi a organização do Departamento de Educação Física e Desporto (DED), em substituição à Divisão de Educação Física (DEF), conforme já tratado anteriormente. O DED passou a atuar como um órgão central de direção superior, subordinado diretamente ao Ministério de Educação e Cultura, então sob o comando de Jarbas Passarinho. Dentre suas finalidades estava a de “planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da Educação Física, dos Desportos Estudantis e da Recreação no País, em consonância com as diretrizes impostas pela política nacional para o setor.” (art. 8º, XVII, da Constituição Federal). A partir do Diagnóstico realizado, o novo órgão passou a orientar sua ação para o setor, elaborando um “Plano Nacional de Educação Física e o Desporto” (PED), para o quadriênio seguinte.

Com o objetivo de fomentar a Educação Física para além das práticas já existentes, era realmente necessária essa formulação e sistematização e planos para esta área de conhecimento. Dessa maneira, o “Plano Nacional de Educação Física e o Desporto” (PED), que foi formulado em 1970 e apresentado em 1971, em relação à Educação Física e ao Desporto enfatizava:

É preciso pensar em sua organização, porém mais ainda nas suas finalidades, ou seja, na sua contribuição para a formação do homem moderno, prestando a devida atenção à sua essencial originalidade psico-fisiológica, às profundas alterações e às consideráveis mudanças de dimensão que se produziram no seu substrato social. Baseados nesse alto espírito e conceituação da atividade física e do desporto, de um modo geral, e empenhando uma nova bandeira, qual seja, a de integrar a Educação Física Desportiva e Recreativa à Educação, viemos ombrear com aqueles que fazem a Revolução pela Educação (MEC; PED, 1971, p.1).

Assim, o “Plano Nacional de Educação Física e o Desporto” (PED) teve como objetivo resolver os problemas identificados na Educação Física e no Desporto, modernizar a estrutura administrativa e elevar o nível do Desporto Nacional. Para tanto, os seus autores enumeraram objetivos gerais que deveriam ser cumpridos por três grandes programas, a saber:

o PRODED (Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos); o PATEF (Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física); e o PIDIC (Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural) (PINTO, 2003).

Ainda a respeito do referido “Plano Nacional de Educação Física e o Desporto” (PED), Pinto (2003) anunciou:

[...] a necessidade de teorizar as práticas esportivas, buscando refletir sobre suas potencialidades educativas, afastando a idéia da prática pela prática, como se elas fossem, por si sós, capazes de desenvolver as capacidades sociais, físicas e intelectuais de seus praticantes. É por isso que os autores sugerem transformá-las em meios de formação humana, como se evidencia no item denominado “Filosofia da Educação Física Desportiva e Recreativa”. (PINTO, 2003, p. 26).

Contudo, o parecer CFE n. 894/69 e a resolução CFE n. 69/69, para os cursos de formação de professores passaram a se restringir apenas aos cursos de educação física e técnico de desportos previsto para três anos de duração, com uma carga horária mínima de 1.800 horas-aula e redução das matérias básicas de fundamentação científica. Assim, os saberes relativos ao conhecimento esportivo ganharam destaque, bem como a parte referente à Didática com ênfase mais específica voltada para a formação do professor (SOUZA NETO et. al., 2004).

Entretanto, na década de 1970, não apenas a Educação Física, passaria por inúmeras transformações, mas, o ensino do país, teria uma nova estruturação, e foi por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5.692/71, evidenciando as intenções de profissionalizar o então segundo grau. Desse modo, Ghiraldelli Jr. (1988) acredita que “[...] a Lei 5.692/71 refletiu os princípios da ditadura, verificados pela incorporação de determinações no sentido da racionalização do trabalho escolar [...]” (p.182).

É oportuno lembrar aqui que, foi a partir do decreto de lei 705, de julho de 1969, que a pós-graduação em Educação Física tornou-se uma realidade e não somente uma ideologia. Após a reforma escolar, houve então uma proposta de expansão dos cursos de pós-graduação, acreditando ser desta forma que haveria um fortalecimento desta área de conhecimento (PELEGRINI, 2008). Devido a essa expansão, ocorreu uma profissionalização desse profissional e uma crescente produção acadêmica da área.

Ao considerar os avanços trazidos pelas reformas de graduação e pós-graduação, e com o intuito de avançar a sistematização educacional foram realizadas ainda no ano de 1971

uma nova reforma constitucional. No que diz respeito à Educação Física, a Lei 5.692/71, segundo Castellani Filho (1998, p. 6-8) trazia a:

Reforma Educacional do Ensino de 1º e 2º Graus, Lei nº 5.692, ao se referir à Educação Física em seu artigo 7º sacramentou a não referência ao limite de idade de 18 anos para a obrigatoriedade. E, complementando, o Decreto nº 69.450 de 1º de novembro do mesmo ano, que regulamentou o artigo 22 da Lei nº 4.024/61, adotou alguns outros mecanismos expressos em seu artigo 6º: Lei nº 5.692/71: Art. 7º – Será obrigatória a inclusão da Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observando, quanto à primeira, o disposto no Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Decreto nº 69.450/71: Art. 6º – Em qualquer nível de todos os sistemas de ensino, é facultativa a participação nas atividades físicas programadas: a) aos alunos do curso noturno que comprovarem, mediante carteira profissional ou funcional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas; b) aos alunos maiores de trinta anos de idade; c) aos alunos que estiverem prestando serviço militar na tropa; d) aos alunos amparados pelo Decreto-lei nº 1.044 de 21 de outubro de 1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento. (CASTELLANI FILHO, 1998, p. 6-8).

Mesmo assim, pode-se dizer que, as reformas educacionais trazidas pelo decreto de lei 5.540 de 1968 e 5.692 de 1971, trazia uma maior valorização à preparação do aluno para o mercado de trabalho e não como o intuito educacional como prioridade. Para Taborda de Oliveira (2001, p.33).

Para a Educação Física escolar a Lei 5.692/71 reserva, em seu artigo 7º, um espaço de obrigatoriedade nos currículos escolares. Essa obrigatoriedade foi regulamentada com o Decreto 69.450/71, que impôs padrões de referência para a prática de Educação Física no interior da escola, caracterizada como atividade, ainda que a Educação Física passasse a ter todos os pressupostos característicos da configuração de uma disciplina escolar.

Com o objetivo de tornar as aulas de Educação Física competitiva e disciplinadora, os esportes foram predominantes para o que se acredita ser uma prática ideal para a disciplina. Paiva (2004) afirma que na década de 1970, o fenômeno esportivo deu suporte à Educação Física escolar brasileira, incentivando as iniciações, o treinamento corporal e a consequente criação dos Jogos Estudantis.

Ghiraldelli Jr. (1988) ao tecer considerações sobre os “usos” da educação física pelos governos militares, aponta que:

É preciso também notar que, se por um lado a educação física Competitivista era incentivada pela ditadura pós-64, pois tal concepção ia no sentido da proposta de um “Brasil-Grande”, capaz de mostrar sua pujança através da conquista internacional, por outro lado, obviamente, esse não era o único interesse governamental ao endossar tal concepção. Na verdade, o “desporto de alto nível”, divulgado pela mídia, tinha o objetivo claro de atuar como analgésico no movimento social. A preocupação com a possibilidade do aumento das horas de folga do trabalhador, que mesmo um sindicalismo amordaçado poderia conseguir, incentivava o governo a procurar no desporto a fórmula mágica de entretenimento da população. (p. 31-2)

É interessante observar a partir dos dizeres de Ghiraldelli Jr (1988) que, mesmo os governos militares, tendo o interesse de incentivar uma Educação Física Competitivista fica evidente que esse não era o único interesse governamental, pois ao apoiar essa concepção os governos no período, tinha o objetivo claro de atuar como analgésico no movimento social.

Não se pode deixar de considerar que, a partir de 1964, a legislação educacional brasileira foi pensada de acordo com os interesses de um modelo econômico voltado para a entrada do capital e das indústrias estrangeiras no Brasil. A inspiração liberal que embasava a Lei 4.024/61 foi substituída pela tendência tecnicista das Leis 5.540/68 e 5.692/71. (GHIRALDELLI JR, 1988).

Para Ghiraldelli Jr. (1988), nas décadas de 1960 e 1970, a Educação Física escolar se transformou em um degrau para o treinamento de desportos representativos. Um dos objetivos desse redirecionamento era o treinamento e a preparação de futuros atletas, capazes de conquistar méritos e medalhas olímpicas para o Brasil.

No caso da Educação Física no ensino superior na década de 1970, Castellani Filho (2000) apontou que ela cumpriu o papel ao qual se propunha de forma competente, canalizando as atenções dos estudantes para assuntos leves, deixando conflitos para os campos esportivos. Pautada na necessidade de um “adestramento físico” do sujeito, para então ser produtivo e capaz de adequar-se ao novo modelo econômico. Havia uma necessidade em que este homem fosse produtivo e saudável, desde sua formação até a vida.

Assim, pode-se dizer que, a partir das reformas de 1968 e de 1971 nota-se a clara intenção de submeter à Educação aos interesses do novo modelo de crescimento econômico; modelo este, pautado pela entrada do capital e das empresas estrangeiras no Brasil, pois o ideal de transformar o Brasil em uma potência econômica. Isso refletiu na Educação Física que passou a ser entendida como uma área do conhecimento humano que pudesse transformar o Brasil em uma potência esportiva e olímpica. No entendimento de Santin (1996), a Educação Física voltada ao esporte de rendimento, tornou-se o principal foco da disciplina na

época, como uma concepção que refletiu o modo de produção industrial na Educação Física, como bem o autor “o esporte de rendimento faz parte da imensa paisagem construída pelos homens da sociedade industrial” (SANTIN, 1996, p. 35).

No que tange à formação de professores, pode-se dizer essa passou a ser entendida como uma forma de preparar treinadores e peritos em preparação esportiva. Tal concepção de Educação Física foi levada às escolas, que passaram a servir de trampolim para o crescimento do desporto nacional.

Contudo, no final da década de 1970 e início dos anos de 1980 configurou-se a necessidade de uma mudança de rumos na Educação Física brasileira, conforme assinala Ghiraldelli Jr. (1988). É oportuno mencionar que, a partir do final da década de 1970, ocorreu a construção de um debate acadêmico sobre a Educação Física brasileira, com a proliferação de discursos científicos na área. A esse respeito Daólio (1997) assinala que, mesmo consciente de que a cientificidade da Educação Física tenha sido fruto de um processo histórico que remonta há tempos anteriores, destaca esse período, de final da década de 1970 e durante os anos de 1980, como o de proliferação de discursos sobre o objeto de estudo da Educação Física e sua aplicação escolar. Para esse autor, em meados dos anos de 1980, já se pode falar, não só de uma comunidade científica na Educação Física, mas também da delimitação de tendências ou correntes, suscitando os primeiros debates.

No entendimento de Caparroz (1996), o movimento de crítica que surgiu na Educação Física na década de 1980 foi decorrente de dois fatores marcantes:

Um deles foi o momento histórico sócio-político da sociedade brasileira a partir de final dos anos 70, com o processo de redemocratização. O outro fator foi a necessidade da própria área de se qualificar academicamente a fim de suprir as necessidades colocadas pelo mercado de trabalho nas instituições de ensino superior (CAPARROZ, 1996 apud DAÓLIO, 1997, p. 38).

Para Ghiraldelli (1988, p.15), esse movimento de discussão da Educação Física nos anos de 1980, também não surgiu por acaso e sim por:

[...] reflexo de discussão maior que envolveu o país a partir do abrandamento do sistema repressivo instaurado pela Ditadura Militar, situação essa que se verificou com maior velocidade e ênfase após a Anistia e, principalmente, após as eleições aos governos dos estados em 1982.

Nos últimos anos do regime militar, o próprio Governo já dava mostras de não sustentação de discurso mistificador dos primeiros tempos do regime. Para Germano (1994), o

declínio do regime militar se deu em função de conflitos internos entre os militares, do enfraquecimento das relações entre os militares e a classe empresarial e do crescimento das mobilizações oposicionistas ao regime por parte da sociedade civil. É significativo que o Governo, após quase 20 anos de regime militar, tenha-se visto na obrigação de admitir que os problemas básicos do país não se solucionaram e, pelo contrário, haviam se aprofundado.

Foi nesse contexto de declínio do regime militar que, o secretário de Educação Física e Desportos do MEC acabou por realinhar o seu discurso sobre essa área:

Em discurso de 1981, o secretário de Educação Física e Desportos do MEC realinhava sua fala de maneira completamente diferente dos anos anteriores, onde o ufanismo e a mistificação eram as diretrizes principais: Os benefícios da prática regular das atividades físicas ainda não chegam a todos os segmentos da população brasileira. No bojo desta evidência, convivem implicações socioeconômicas e de infraestruturas desportivas, de tal ordem que desautorizam a insistência na antiga concepção dessas atividades como mera questão de saúde e recreação. E se não pode ser modificado a curto prazo, esse panorama configura um quadro fundamental na definição das diretrizes para o setor, uma vez que a nova linha escolhida terá necessariamente de revelar coerência com a realidade do País e com as especificidades regionais (CAVALCANTI, 1981 apud GHIRALDELLI, 1988, p. 43)

Enquanto para Caparroz (1996), esse movimento de crítica da Educação Física estava associado, de um lado, ao momento histórico e sócio-político do Brasil do final dos anos de 1970 e, de outro, a necessidade da própria área de qualificar-se academicamente, conforme exposto. E, para Ghiraldelli Jr. (1988), também relacionado ao contexto histórico do período, marcado pelo declínio do regime militar.

Para Bracht (1996), esse movimento de crítica da Educação Física estava relacionado ao contato com o debate pedagógico brasileiro das décadas de 1970 e 1980, e não com as Ciências do Esporte, que fazendo com que os profissionais da área de Educação Física construíssem objetos de estudo, a partir de perspectivas pedagógicas. E que, independentemente das matrizes teóricas utilizadas, todos foram orientados no caso pelas Ciências Humanas e Sociais.

No Coletivo de Autores (1992) também foi possível notar críticas a críticas a Educação Física,

A perspectiva da educação física escolar, que tem como objeto de estudo o desenvolvimento da aptidão física do homem, tem contribuído historicamente para a defesa dos interesses da classe no poder, mantendo a estrutura da sociedade capitalista. Apóia-se nos fundamentos sociológicos, filosóficos, antropológicos, psicológicos e, enfaticamente, nos biológicos

para educar o homem forte, ágil, apto, empreendedor, que disputa uma situação social privilegiada na sociedade competitiva de livre concorrência: a capitalista. Procura, através da educação, adaptar o homem à sociedade, alienando-o da sua condição de sujeito histórico, capaz de interferir na transformação da mesma. Recorre à filosofia liberal para a formação do caráter do indivíduo, valorizando a obediência, o respeito às normas e à hierarquia. Apoiar-se na pedagogia tradicional influenciada pela tendência biologicista para adestrá-lo. Essas concepções e fundamentos informam um dado tratamento do conhecimento. Nessa linha de raciocínio pode-se constatar que o objetivo é desenvolver a aptidão física. O conhecimento que se pretende que o aluno apreenda é o exercício de atividades corporais que lhe permitam atingir o máximo rendimento de sua capacidade física. Os conteúdos são selecionados de acordo com a perspectiva do conhecimento que a escola elege para apresentar ao aluno (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 36).

Conforme já tratado em partes anteriores deste capítulo, antes do final da década de 1970, já “havia uma certa aceitação de que a Educação Física era uma prática escolar com objetivos de desenvolver a aptidão física dos alunos e de iniciá-los na prática esportiva” (DAOLIO, 1997, p.38). Diante disso, para o autor a Educação Física, até a década de 1970, esteve aprisionada a paradigmas cientificistas e ao modo positivista de fazer ciência. Segundo os PCNs (1997), em decorrência do contexto da década de 1970, todos os ideais de transformar o Brasil em uma potência olímpica não se concretizaram e isso provocou uma profunda crise de identidade nos pressupostos da Educação Física brasileira. Nessa época, todo o respaldo teórico provinha exclusivamente das ciências biológicas.

Diante dessas circunstâncias que, a Educação Física brasileira teve que iniciar um processo de reflexão histórica e conceitual nos anos de 1980. Há de se considerar que nesse período, a intenção foi desfocar a discussão de uma perspectiva de disputa entre as várias abordagens da área para a consideração de que todos os discursos sobre Educação Física foram importantes para compor o cenário, dentro do qual os atores envolvidos puderam desenvolver a trama da construção do pensamento acadêmico da Educação Física brasileira (DAÓLIO, 1997).

Esse debate acadêmico da Educação Física brasileira se iniciou com o regresso dos primeiros brasileiros doutorados no exterior, pois, foi a partir daí, que se pôde perceber o incremento da discussão da Educação Física como disciplina acadêmica, segundo Daólio (1997).

[...] colaboraram para o surgimento de novas idéias, reflexões e propostas metodológicas na Educação Física brasileira, a criação dos primeiros cursos de pós-graduação no país, a busca de parte de profissionais de Educação Física por cursos de pós-graduação em outras áreas, sobretudo das ciências

humanas, o aumento do número de publicações especializadas e a realização de vários congressos, encontros, seminários e cursos na área (DAÓLIO, 1997, p.27-28).

No caso da criação dos primeiros cursos de pós-graduação na área de Educação Física, convém lembrar que para Kokubun (2006), esses originaram na medida em que foi percebida a necessidade de capacitar profissionais para a atuação no ensino superior para formar profissionais da área com o objetivo de aplicar e conduzir o conhecimento adquirido no curso de graduação. Assim, o primeiro mestrado acadêmico foi criado na Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo (EEFE-USP), em 1977 e teve como finalidades, segundo Amadio (2007), a capacitação de docentes para o ensino superior e a promoção do desenvolvimento de conhecimentos na área por meio da pesquisa. Em 1979 e 1980, respectivamente foram criados os mestrados na Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1985 foi criado o primeiro mestrado na área de Educação Física, em uma instituição particular, foi o da Universidade Gama Filho do estado do Rio de Janeiro. Em 1988 e 1989, foram criados os mestrados na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além do mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais (MARTINS & SOUZA e SILVA, 2005). Em 1989, também foi criado o primeiro programa em nível de doutorado na área de Educação Física no Brasil,

Nos anos de 1990, também ocorreu o aumento dos programas de mestrado na área de Educação Física. Em 1991 foi criado na Universidade Estadual Paulista. Em 1993 foi criado a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em 1995, a rede particular de mestrado na área de Educação Física volta a crescer com a criação do curso na Universidade Castelo Branco. Ainda na década de 1990, foram criados os mestrados no estado de Santa Catarina, primeiramente, em 1996, na Universidade Federal de Santa Catarina e em 1997, na Universidade do Estado de Santa Catarina. Na capital federal, o primeiro mestrado na área chegou quase no final dos anos 1990, mais precisamente, em 1998, foi instalado na Universidade Católica. (MARTINS & SOUZA e SILVA, 2005).

Contudo, é importante deixar registrado que esses cursos de mestrados na área de Educação Física foram criados, principalmente, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, com predominância a região Sudeste. Nas regiões Norte e Nordeste, conforme se pode perceber não ocorreu à criação de nenhum desses cursos. Na região Centro-Oeste, observou-se que o primeiro curso somente chegou no final da década de 1990, com a instalação do Mestrado na área de Educação Física, na Universidade Católica.

Não se pode deixar de dizer que, essa maior qualificação profissional da Educação Física ocorrida com a vinda dos primeiros doutores do estrangeiro e com a criação dos mestrados na área de Educação Física no Brasil também a um número crescente de eventos e de publicações científicas a partir do final da década de 1970. Desse modo, pela primeira vez começava-se a vislumbrar uma comunidade científica da Educação Física brasileira. Paiva (2004, p.54) assegura que “os anos 70 e 80 caracterizam novo encaminhamento para a área, com a implantação da pós-graduação e/ ou com ‘a crise’ da educação física”.

Foi nesse contexto de final da década de 1970 e início dos anos de 1980, marcado de mudanças de rumos na Educação Física brasileira, que no entendimento de Ghiraldelli Jr. (1988, p. 45-6),

Aumentou significativamente o número de profissionais da área empenhados na discussão de “práticas alternativas” para a Educação Física. Cresceu também o número de encontros regionais de profissionais da área preocupados com a conquista de uma “Educação Física Crítica” etc. A literatura em Educação Física ganhou nova colaboração; revistas como a *Corpo e Movimento*, da Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo, e também a *Sprint*, do Rio de Janeiro, possibilitaram uma discussão mais aberta, inexistente até então.

Os eventos que passaram a ser organizar durante o período, segundo Castellani Filho (2000) passaram a assumir totalmente as lutas de mudanças, entre eles, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Nessa época também, conforme registrado anteriormente, por Ghiraldelli Jr. (1988) surgiram as revistas *Corpo e Movimento*, *Sprint*, bem como a *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, a *Revista de Educação Física do Ministério de Educação e Cultura*, entre outras (CASTELLANI FILHO, 2000).

No caso, os eventos abriram para professores e alunos a possibilidade de discutir a disciplina de Educação Física como uma área de conhecimento que pudesse auxiliar na formação de indivíduos conscientes e interessados dos problemas políticos e econômicos da sociedade brasileira (CASTELLANI FILHO, 2000).

As novas revistas, por exemplo, como a *Corpo e Movimento*, *Sprint*, *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* e a *Revista de Educação Física do Ministério de Educação e Cultura* pode-se dizer que passaram a colaborar com a divulgação dos debates acadêmicos em torno da Educação Física brasileira, com a propagação de discursos científicos na área.

No caso, a *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, tomada como fonte de pesquisa nesta dissertação, surgiu em 1979, um ano após a fundação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte ocorrido no ano de 1978. O surgimento dessa revista alinhou-se a esse movimento

de cientificidade do discurso na tentativa de atribuir uma maior legitimidade no interior do campo da Educação Física. A produção dessa revista se configurou como uma importante ferramenta para divulgação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e suas concepções de Educação Física.

Assim, a partir dos anos de 1980, pode-se dizer que algumas das produções acadêmicas que passaram a circular em livros, capítulos de livros, artigos de revistas, entre outros, acerca da Educação Física ganharam criticidade e como isso, começou a aparecer na produção acadêmica, os debates em que muitos autores consideram como “crise” da área. Ao que se refere a essa crise, Tabora de Oliveira (2001) aponta que:

O termo crítico assume aqui dois sentidos: o primeiro diz respeito às perspectivas que emergiram no início dos anos 1980 como *crítica* do modelo anterior de Educação Física, baseado na aptidão física. O segundo sentido diz respeito à auto-referência feita por vários autores de pesquisas sobre a Educação Física brasileira a partir do início dos anos 1980. (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 32).

No entendimento de Tabora Oliveira (2001, p. 55-56), a Educação Física estaria em crise porque, dentre outras razões,

o governo autoritário instalado no Brasil após 1964, na tentativa de consolidar sua ideologia, fez uso das atividades desportivas (e da educação física em geral) com a finalidade de anestesiar a consciência e amainar a participação popular nos processos reivindicatórios e decisórios.

Em realidade, de acordo com os dizeres de Tabora de Oliveira (2001), pode-se dizer que essa crise ocorreu porque os governos militares produziram uma abordagem de Educação Física que se consolidou sem contestação, sem que os profissionais da área pudessem se opor as suas medidas autoritárias.

Para autores como Ghiraldelli Jr. (1988); Bracht (1996); Tani (1998), entre outros, desde a chegada das teorias críticas educacionais à área de Educação Física no Brasil na década de 1980, encontra-se em crise.

Cumprir lembrar que, a partir do final dos anos de 1970 e início da década de 1980, com o estabelecimento de um "inimigo comum" - a ênfase biológica na área e a dicotomia mente-corpo -, boa parte da então nascente comunidade científica da Educação Física alinhou-se em seus trabalhos, discursos e publicações, sob a denominação de "progressista", visando à construção de um movimento de renovação na área. Entretanto, pouco tempo depois, com o

próprio desenvolvimento dos estudos e debates, foram sendo explicitadas as diferenças entre as várias tendências na Educação Física brasileira.

Assim, as obras desse período começaram a refletir sobre a Educação Física não somente como uma atividade técnica ou biológica, mas a encaram como um fenômeno psicológico e social. Com isso verificou-se que, nos anos de 1980 surgiu a perspectiva da Educação Física como prática social. Além da perspectiva de consenso que era predominante na área, foi incluída à Educação Física na década de 1980, a perspectiva de conflito, pois a geração que despontou no período passou a denunciar o estabelecido, assumindo posições de crítica social (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001). No entendimento de Daólio (2003), os discursos acadêmicos da Educação Física brasileira na década de 1980 foram tomados como parte de um universo simbólico que foi socialmente produzido e ainda é socialmente mantido.

Ainda nos anos de 1980, com a chamada crise da Educação Física, houve uma necessidade em sistematizar suas correntes pedagógicas, trazendo a elas uma nomenclatura, conceitos, autores e seguidores, uma corrente pode até complementar a outra, porém, algumas dessas correntes não dialogam, por se tratarem de modos contundentes e radicais de sua utilização.

Também nesse período, as instituições de ensino superior passaram a implementar novas propostas curriculares para o curso de formação de professores de Educação Física. A esse respeito Darido (2003) assinala que, em meados da década de 1980, algumas instituições de ensino superior voltadas à formação de profissionais em Educação Física “implementaram novas propostas curriculares, procurando formar o aluno numa perspectiva mais ampla” (p. 28). No entendimento do autor, isso ocorreu devido, ao fim de escapar de modelos da formação de professores em Educação Física que reproduziam em suas práticas pedagógicas uma visão totalmente esportiva, competitiva, individualista e sem fundamentos teóricos (DARIDO, 2003).

Mesmo com esses novos debates e mudanças nos cursos de ensino superior que ocorreram, a partir da década de 1980, em torno da Educação Física brasileira, não se pode deixar de registrar que a sua “a prática docente permaneceu fortemente ancorada no paradigma da aptidão física e esportiva” (PAIVA, 2004, p.73). Paiva (2004) afirma que apesar dos novos debates que ocorreram a partir da década de 1980, em torno da Educação Física brasileira, “a prática docente permaneceu fortemente ancorada no paradigma da aptidão física e esportiva”. (PAIVA, 2004, p.73)

É oportuno mencionar aqui, que os anos de 1980 também fez com que surgisse o Bacharelado em Educação Física, mais precisamente, em 1987, com a promulgação do

parecer CFE n. 215/87 e da resolução CFE n. 03/87, que estabeleceu a sua criação. Souza Neto (2004, p.120-1) aponta que:

Nessa proposta, os saberes anteriormente divididos entre as matérias básicas e profissionalizantes – localizadas dentro dos núcleos de fundamentação biológica, químico-desportivo e pedagógica – assumem uma nova configuração, tendo como fundamento da distribuição dos saberes na estrutura curricular duas grandes áreas: Formação Geral – humanística e técnica – e Aprofundamento de Conhecimentos. Essa nova proposta irá conferir aos currículos a flexibilidade reclamada durante a vigência da resolução CFE n. 69/69 (currículo mínimo) e transferir a responsabilidade do CFE para as Instituições de Ensino Superior (IES) na elaboração da estrutura curricular. Essa resolução também alterou, de forma significativa, a carga horária do curso que passou das 1.800 horas-aula para 2.880 horas-aula, as quais deveriam ser cumpridas no prazo mínimo de quatro anos, tanto para o bacharelado quanto para a licenciatura, estabelecendo, assim, uma nova referência para a formação profissional [...] (SOUZA NETO, 2004, p.120-1).

Apesar da criação do Bacharelado em Educação Física ter de certa maneira permitido autonomia e flexibilidade, autores como Souza Neto (2004) e Betti (1996) analisam a questão como problemática. Para Souza Neto (2004), isso faria com que a organização curricular poderia conduzir à perda de um núcleo identificador da área. Já no entendimento de Betti (1996), o enfoque se colocava no dilema “especialista” versus “generalista”, ou seja, bacharelado versus licenciatura, pois para autor, não se deve associar o bacharel em Educação Física com o especialista e o licenciado com o generalista.

A regulamentação da profissão de Educação Física também foi outra questão abordada nesse cenário. Embora a intenção de regulamentar a profissão de Educação Física ocorra desde os meados dos anos 1940, foi também nos anos de 1980 que a discussão de regulamentar a profissão nessa área, segundo Nozaki (2005), ganhou espaço legítimo junto à categoria na Federação Brasileira das Associações dos Professores de Educação Física (FBAPEF) devido à iniciativa de algumas Associações dos Professores de Educação Física (APEF’S), designadas como representações estaduais da FBAPEF, de reunir diretores de Escolas de Educação Física para discutirem a necessidade de se criar os Conselhos Profissionais de Educação Física.

Essa intenção toma efeito nos anos de 1980, com a apresentação do Projeto de Lei 4559/84, apresentado à Câmara dos Deputados pelo deputado federal Darcy Pozza, que dispunha sobre o reconhecimento jurídico desses profissionais e sobre a criação dos Conselhos Federal e Regional. Ainda que o referido Projeto Lei tenha sido aprovado no Congresso Nacional, foi vetado pelo presidente da República José Sarney. Com isso, nos anos

de 1990 foi novamente aclamada a necessidade de se regulamentar essa profissão. Para Steinhilber (1998), isso ocorreu devido ao aumento das denúncias de lesões sofridas por praticantes de atividades físicas em consequência de um atendimento inadequado. Além disso, os profissionais de Educação Física tomaram consciência de não terem voz na elaboração de políticas públicas dessa área, não manterem um elevado grau de autonomia, não terem controle dos rumos dessa profissão etc. Convém registrar aqui, que nesse caso, por exemplo, a Revista Brasileira de Ciências do Esporte tornou-se um espaço legítimo para as disputas entre posicionamentos contrários e favoráveis ao processo de regulamentação, desenvolvendo concepções e significados distintos sobre a profissão de Educação Física (SOFISTE, 2017).

Mesmo com esses novos debates e mudanças nos cursos de ensino superior que ocorreram, a partir da década de 1980, em torno da Educação Física brasileira, não se pode deixar de registrar que a sua “a prática docente permaneceu fortemente ancorada no paradigma da aptidão física e esportiva” (PAIVA, 2004, p.73).

Em linhas gerais, foi assim que, ocorreu a estruturação do discurso científico dos agentes do campo da Educação Física no Brasil, do período do final da década de 1970 a 1990, marcado por um debate acadêmico em torno da Educação Física e proliferação de discursos científicos, devido ao retorno dos primeiros doutores na área, que voltaram ao Brasil após cursarem o doutorado no exterior, com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação na área, com a realização de congressos e eventos, com a publicação de novas revistas na área, com as novas publicações na área, centrando mais nesses debates do período, entre outros aspectos importantes que caracterizaram o período, conforme tratados neste capítulo. Contudo, esse capítulo abre o caminho para a abordagem que será realizada nos próximos capítulos, uma que vez que, possibilita compreender o surgimento da RBCE e o seu contexto, revista essa conforme já mencionado, tomada como fonte de estudo nesta Dissertação, nesse cenário de debate acadêmico instalado na área Educação Física, a partir do final dos anos de 1970.

CAPÍTULO 2

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE: APRESENTANDO E CARACTERIZANDO A FONTE DE PESQUISA

Neste capítulo, é apresentada e caracterizada a Revista Brasileira de Ciências do Esporte que é tomada como fonte de pesquisa nesse estudo, para analisar as orientações sobre a formação de professores de Educação Física que circularam nesse periódico no período de 1979 a 1991. Assim como seu surgimento, trajetória, capas, propagandas, comitê editorial, editoriais, artigos, circulação, entre outros aspectos.

2.1 A Revista Brasileira de Ciências do Esporte: o surgimento desse impresso

A Revista Brasileira de Ciências do Esporte é um periódico científico da área de Educação Física e Ciências do Esporte, editado e publicado trimestralmente pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) desde setembro de 1979. O referido Colégio foi criado em 1978. De acordo com Paiva (1994) e Pereira (2007), o CBCE teve sua reunião de fundação no dia 17 de setembro de 1978, em São Paulo, mas a ata de fundação é do dia 02 de novembro de 1978, redigida no Paraná, pois lá se realizava a II Jornada de Medicina Desportiva e Treinamento de Londrina, oportunidade que os 26 participantes da primeira reunião não desperdiçaram para registrar a fundação do Colégio.

A esse respeito da fundação oficial do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte ocorrer em 02 de novembro de 1978, no Paraná, a página do Colégio traz as seguintes informações.

Aos dois dias do mês de novembro de 1978 (02/11/1978), reuniram-se Assembléia Geral Extraordinária, no salão de conferência do Hotel Bourbon, situado na alameda Miguel Blase nº 40, em Londrina, Estado do Paraná, os senhores Victor Keihan Rodrigues Matsudo; Cláudio Gil Soares de Araújo; Sandra Mara Cavasini; Paulo Sérgio Chagas Gomes; Pinto Montemor; Lílian Nascimento Montemor; João Batista Freire da Silva; Silvana Venâncio Freire; Laércio Elias Pereira; Emédio Bonjardim; João Bosco da Silva; Elisabeth Marco da Silva; Alberto dos Santos Puga Barbosa; Sandra Maria Perez; Jesus Soares; Sandra Caldeira; Maria Beatriz Rocha Ferreira; Leda Maria Moral; Madalena Sessa; Anselmo José Perez; Marco Antônio Vívolo; Sônia Cazelati; Maria de Fátima Silva Duarte; Carlos Roberto Duarte; João Batista Santana; Dartagnan Pinto Guedes, para deliberar sobre a criação do “COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CBCE”²

² **Fonte:** <http://www.cbce.org.br>

Esses dados permitem compreender que o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte foi fundado com a participação de professores de Educação Física e médicos.

Palafox (1990 *apud* Taborda de Oliveira, 2001) aponta as motivações e os caminhos que levaram a criação do CBCE.

Uma entidade ligada à ideologia gerada e difundida pelo aparato estatal pós-64, onde o “novo” racionalismo teria (...) “um colorido mais técnico, atuando, de um lado, como elemento de desmobilização política da sociedade civil e, de outro, como fundamento das medidas estatais de estabilidade política e crescimento econômico” (...). Isto devido, entre outras razões, ao fato de que desde 1967, (através da Doutrina MacNamara) foi estipulado que a estabilidade (segurança) dos países latino-americanos seria garantida pelo seu desenvolvimento econômico apoiado invariavelmente, no seu potencial de crescimento científico e tecnológico. Entretanto, parece interessante fazer notar aqui que, tanto tecnoburocratas civis como militares, independentemente de terem se incorporado à Ideologia Nacional de Desenvolvimento pós-64, não sabiam ao certo o regime político que desejavam no plano econômico enquanto que as burguesias local e multinacional sabiam o que desejavam naquele plano, articulando-se esta aliança de classes sociais no regime político que vigoraria no futuro. Reforçando estes fatos podemos constatar a tendência inicial, da linha de pensamento científico de origem positivista proveniente dos Estados Unidos, com o que o CBCE se fundara no início de suas atividades, uma vez que seus fundadores estabeleceram como metodologia de trabalho (veja, por exemplo, suas normas de publicação científica), as especificações de uma entidade de cunho eminentemente racionalista, o denominado American College of Sports Medicine. (PALAFOX, 1990, *apud* TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 50).

Isso permite entrever que o CBCE se fundara no início de suas atividades, com uma linha científica de origem racionalista proveniente dos Estados Unidos. É oportuno esclarecer aqui que, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), de um lado, é fundado num contexto em que o Brasil se encontrava (atenção: encontra-se ainda!) estruturado a partir da lógica do grande capital (nacional e internacional), que tinha no momento um ordenamento político com face ditatorial (IANNI, 1981).

Além disso, o Colégio foi fundado num momento em que a Pós-Graduação em Educação Física está iniciando sua constituição no Brasil,

[...] e esta guarda na visão dos técnicos a serviço do governo ditatorial, relações íntimas com o esporte, têm-se certa influência dos diagnósticos, planos, comissões, etc, na sua formação inicial. Ora, o diagnóstico de 1971, indicará não só as deficiências e ausências no que diz respeito às —condições materiais, mas também, apontará os caminhos para as

—condições ideais, o que será corroborado e ampliado no Plano Nacional de Educação Física e Desportos de 1975 (DAMASCENO, 2011, p.44).

Apesar do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) ter sofrido influência do período histórico que foi fundado, principalmente, no que diz respeito à política esportiva e de formação profissional e científica, não se pode dizer que houve por parte do CBCE concordância ideológica com a autocracia burguesa. Ainda é importante esclarecer que o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) é considerado como principal entidade científica do Brasil que congrega pesquisadores, profissionais e estudantes de diferentes áreas do conhecimento relacionadas à Educação Física.

É oportuno registrar aqui que, havia uma preocupação inicial do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), desde o início com o estímulo a produção científica e sua socialização, eis uma das razões para editoração da RBCE.

Na primeira carta editorial da revista, é evidenciado que o objetivo do impresso era propor o esporte como ciência, inserindo a Educação Física no âmbito esportivo e científico, e não somente nos aspectos educacionais. Como trazemos em figura abaixo, o editorial que é assinado como “Todos nós” mostra um otimismo em criar este impresso, e como seus organizadores pensam na continuidade e consolidação do mesmo.

O cooperativismo multiprofissional é sem dúvidas o estilo moderno de melhores resultados para se alcançar objetivos em qualquer linha da atividade humana. No esporte brasileiro, este sistema já existe há algum tempo nos centros de treinamento, clubes, módulos desportivos e laboratórios de avaliação. Mas era necessário que esse trabalho em ambientes fechados tivesse abertura suficiente para ganhar um intercâmbio nacional além de incrementar o estudo científico e a pesquisa da atividade física integrando profissionais e estudantes de todas as áreas de Ciências do Esporte. Foi com esse objetivo maior que o CBCE cresceu e fez entender a sua filosofia em apenas um ano. E esse crescimento baseou-se na simplicidade e na pureza de seus próprios ideais e de suas origens. (EDITORIAL, 1979 v. 1, n. 1).

Por meio deste editorial, evidenciam-se as perspectivas, desafios e o cenário em que estava inserida essa Educação Física. As necessidades de discussões e fomentos que havia neste momento histórico. Ainda completam e afirmam “O Colégio vai em frente depois deste evento. Ele é irreversível, não tenham dúvidas... absolutamente irreversível” (EDITORIAL v. 1, n. 1).

Tais afirmações seguem e ditam as falas presentes na revista, uma necessidade de afirmação, de um grupo, com ideologias semelhantes e que precisavam fortalecer ao seu modo a Educação Física enquanto Ciência.

Permanecendo nas descrições dos editoriais, trazemos o segundo editorial que diferente do primeiro não está assinado, mas, diz muito sobre os anseios de sua diretoria, desta forma nos mostram que esse grupo procurava apontar sempre os caminhos e percursos por eles percorridos.

Deste modo, em seu editorial trouxe o surgimento do que chamava de “Artigo de Fundo”, ao passo que justifica sua inserção e mostra ao seu leitor que o mesmo estará na RBCE sempre que necessário. Este artigo de fundo nos mostra que:

Todos os congressistas e de modo especial os membros do Colégio, com a atenção redobrada, a vontade de estudo e a ativa participação, deram uma demonstração irretorquível de como se pode fazer ciências com boa vontade, resignação e espírito aberto. A Diretoria do CBCE sente-se no dever de cumprimentar a todos e de fazer um agradecimento especial aos coordenadores de mesas e painéis e aos instrutores das clínicas, pela dedicação e brilhantismo da cooperação. Nós éramos um pouco mais de trinta membros trabalhando por toda a organização do Congresso. Às vezes, tínhamos a impressão que éramos o dobro, tal o entusiasmo com que nos empenhávamos. Sabíamos que “antes de se entrar numa aventura, convém verificar se a porta de saída não é muito estreita”; mas, não nos importávamos com qualquer obstáculo; as portas estreitas, nós as alargáramos custasse o que custasse, nem que fosse preciso diminuir o repouso e sacrificar a vida profissional. Não se trata aqui de promoção ou auto-elogio, mas de dizer a verdade, mesmo que seja no final de página de uma revista. E vem mais trabalho por aí. Agora, temos os congressos regionais e depois o segundo brasileiro. O objetivo é sempre o mesmo: o nível científico lá em cima e a ciência do esporte ocupando o lugar que merece. Comemore conosco nossa vitória! Tenha a certeza que nos veremos em breve. Por enquanto, continue estudando e aceite o nosso aperto de mão. (EDITORIAL, 1980, v. 1, n. 2).

Fica evidente o entusiasmo desse grupo, e quão desafiador a criação desta revista se tornara ao grupo. Neste momento, a RBCE passa de um sonho a uma realidade.

Trazemos também um editorial que nos surge como pertinente, pois poucos editoriais apresentavam assinatura, esse em especial presente na RBCE v. 8, n. 1, foi assinado por Manuel Sérgio³, nele são trazidas reflexões sobre as mudanças ocorridas na revista, afirma que a revista não se deixava abater por críticas conceituais, e mantinha uma necessidade de revigoração contínuo, esclarece que.

³Licenciado em Filosofia, pela Universidade Clássica de Lisboa e Doutor e Professor Agregado em Motricidade Humana pela Universidade Técnica de Lisboa.

Há nela mesmo uma dúvida socrática que não permite passar do total ao totalitário (como é habitual nalgum analfabetismo hiperpolitizado que nos rodeia) e mantém, vivo, um espírito de reflexão crítica e interrogativa. Esta atitude mental insere-se na tradição pedagógica das grandes filosofias da questão e do pôr-em-causá (com Sócrates, Descartes, Hume, Kant, Hegel e Marx) que sugeriram, na história do pensamento, vias de liberação integral. Tradição que representa a alma de toda a cultura rebelde às sínteses prematuras propostas (impostas) pelos sistemas repressivos filosóficos e políticos. [...] Se me permite, parabéns ao CBCE, onde a ciência e a consciência são sinas de esperança [...] (SERGIO, 1986, v. 1, n. 6).

O Professor Manuel Sérgio, trazia importantes contribuições à RBCE, no entanto quando assinou o referido editorial, não era editor da revista.

Diante disso, que se pode dizer que a Revista Brasileira de Ciências do Esporte surgiu em 1979, para fomentar as discussões realizadas no Congresso brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), evento organizado pelo Colégio brasileiro de ciências do esporte (CBCE). Isso fica bem evidente, na primeira edição publicada da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, que traz os anais do I Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado no Instituto Municipal de Ensino Superior, na cidade de São Caetano do Sul, SP, no período de 3 a 6 setembro de 1979. Essa data corresponde bem ao mês e ano que a Revista foi publicada.

Não se pode deixar de explicar aqui que, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) é um evento organizado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, desde o final da década de 1970, a cada dois anos e, destina-se a discutir em suas edições conteúdos científicos da área, com um enfoque especial aos assuntos da Educação Física na área da medicina desportiva, fisiologia e a uma esportivização do ensinar a Educação Física.

2.2 A Revista Brasileira de Ciências do Esporte: capas e propagandas

Como no período de 1979 a 1991, a Revista Brasileira de Ciências do Esporte contou com 33 edições. Essas edições contaram com capas brancas e coloridas, nas quais o logo do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte sempre esteve presente, no entanto, apresentando cores e tamanho diferentes no decorrer de algumas edições. Outras capas apareceram

configuradas com fotografias e ilustrações. O Quadro 1 apresenta uma amostra das capas dessas edições e quais edições nos utilizamos para realização de nosso estudo.

Quadro 1 – Capas RBCE (1979-1991)

volume	número	mês	Ano	CAPAS
1	1	setembro	1979	Branca (logo azul).
1	2	janeiro	1980	Branca (logo azul).
1	3	maio	1980	Branca (logo azul).
2	1	setembro	1980	Branca (logo preta).
2	2	janeiro	1981	Branca (logo preta).
2	3	maio	1981	Branca (logo preta).
3	1	setembro	1981	Branca (logo vermelha).
3	2	janeiro	1982	Branca (logo vermelha).
3	3	maio	1982	Branca (logo vermelha).
4	1	setembro	1982	Branca (logo laranja).
4	2	janeiro	1983	Branca (logo laranja).
4	3	maio	1983	Branca (logo laranja).
5	1	setembro	1983	Branca (logo verde).
5	2	janeiro	1984	Branca (logo verde).
5	3	maio	1984	Branca (logo verde).
6	1	setembro	1984	Branca (logo marrom).
6	2	janeiro	1985	Branca (logo marrom).
6	3	maio	1985	Branca (logo marrom).
7	1	setembro	1985	Foto (soldados saltando).
7	2	janeiro	1986	Foto de 2 crianças com uma bola.
7	3	maio	1986	Foto – criança sentada na porta de uma casa.
8	1	setembro	1986	Foto – criança sentada na porta de uma casa mesma foto da revista anterior.
8	2 e 3	janeiro/maio	1987	Azul (logo preta).
9	1	setembro	1987	Ilustração – Amaro Francisco - desenho de meninas brincando (bola pulando corda e bola).
9	2	janeiro	1988	Azul (logo preta).
9	3	maio	1988	Capa branca ilustração de uma cadeira de rodas (logo azul).
10	1	setembro	1988	Azul (logo preta).
10	2	janeiro	1989	Branca (logo azul).
10	3	maio	1989	Branca (logo verde).
11	1	setembro	1989	Amarela (logo diferente- preto).
11	2	janeiro	1990	Branca (logo verde).
11	3	maio	1990	Branca (logo verde).
13	1	Setembro	1991	Rosa e branca (logo em destaque diferente das anteriores).
Total de Revistas: 33				

Fonte: Elaborada pela autora.

O quadro referente às capas da Revista permite entrever que até o ano de 1985, no caso, as capas eram todas de cor branca, o que se altera apenas eram as cores do logo do

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Contudo, foi a partir de 1985, que apareceram as capas mais coloridas na Revista, com fotos e ilustrações de crianças, soldados e cadeira de rodas. Acredita-se que essas alterações nas capas estivessem representadas tanto por mudanças na comissão editorial da Revista quanto pelas temáticas abordadas nos artigos. Um fato que chamou atenção nessas capas foi a presença quase dominante de fotografias e ilustrações de crianças, dessas edições apenas duas estavam representada um por soldado e outra por uma cadeira de outras, todas as outras eram de fotografias e ilustrações com crianças. No final da década de 1980, as capas brancas com logo colorido do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte voltaram a estarem presentes nas capas. As imagens abaixo traz uma amostra com maiores detalhes da configuração dessa Revista no decorrer do período investigado.

Figura 02 – v. 1, n. 1 – RBCE



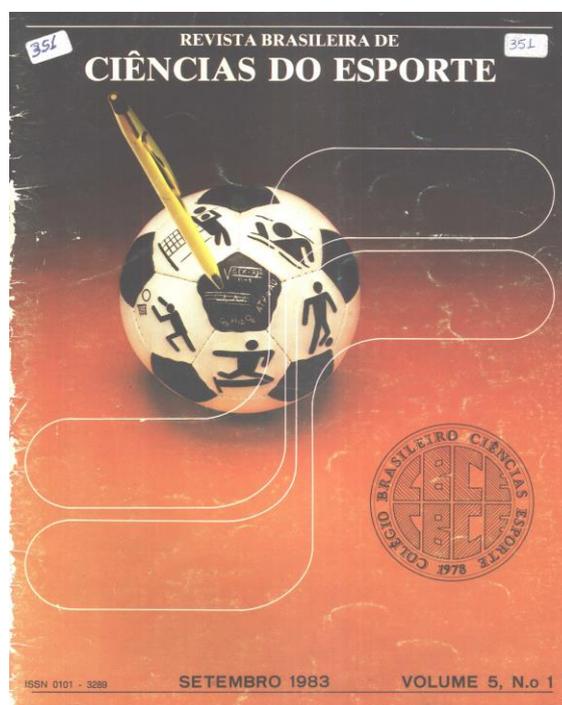
Fonte: RBCE (1979)

Figura 03 – Suplemento, n. 1 – RBCE



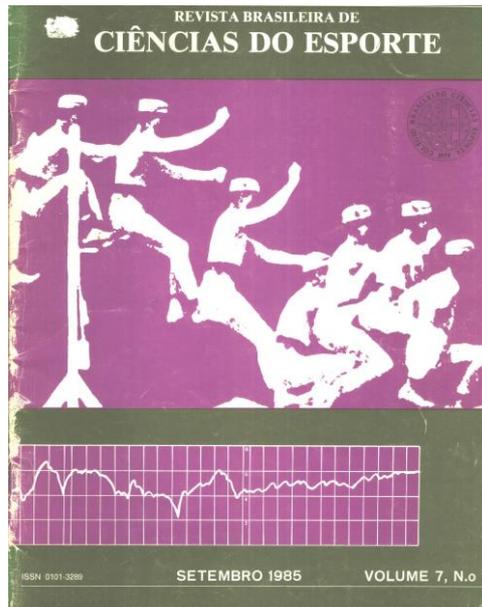
Fonte: RBCE (1981)

Figura 04 – v. 5, n. 1 – RBCE



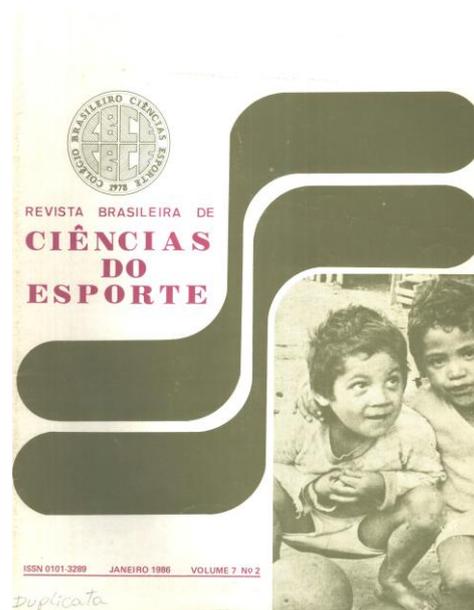
Fonte: RBCE (1983)

Figura 05 – v. 7, n. 1 – RBCE



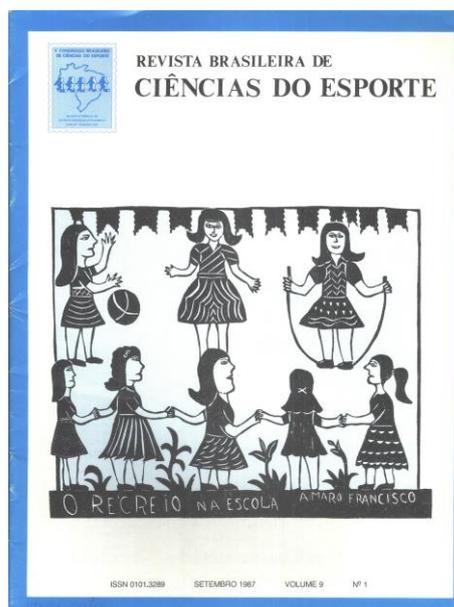
Fonte: RBCE (1985)

Figura 06 – v. 7, n. 2 – RBCE



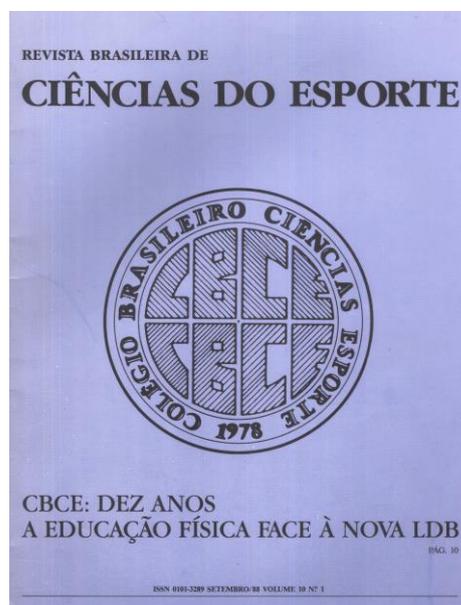
Fonte: RBCE (1986)

Figura 07 – v. 9, n. 1 – RBCE



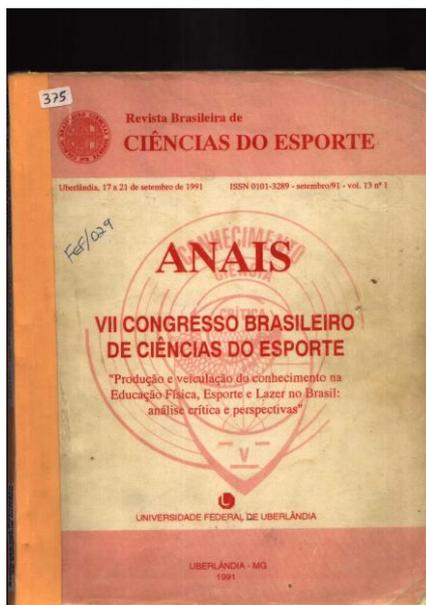
Fonte: RBCE (1987)

Figura 08 – v. 10, n. 1 – RBCE



Fonte: RBCE (1988)

Figura 09 – v. 13, n. 1 – RBCE



Fonte: RBCE (1991)

Acreditamos ser pertinente para materialização deste impresso trazer algumas modificações ocorridas durante seus volumes trazendo algumas de suas capas. Há de se considerar também que, embora fosse um impresso de caráter científico, as propagandas estiveram presentes em alguns de seus volumes. Propagandas que abrangiam desde propagandas de bancos e marcas de produtos até de instituições de ensino superior, como do Banco Banespa, Caderneta de Poupança da Caixa Econômica Federal, plano de aposentadoria do Banco Bradesco, Marca Adidas, e Faculdades Integradas de Guarulhos.

Na edição Suplemento 1, de setembro 1981 cujo conteúdo traz os anais do II Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, por exemplo, uma grande propaganda realizada pela RBCE para a marca Adidas, chamou a atenção por estar presente na Capa, na Contracapa e no Editorial. No editorial inclusive aparece um agradecimento do CBCE em nome da marca Adidas. Desse modo, foi possível perceber que, essa propaganda comercial é realizada no início da revista, em forma de agradecimentos, pois sua capa é bem peculiar, não há um desenho específico, a logo do CBCE é apresentada pequena, com uma marca d'água e bem diferente das edições anteriores aparecia o logo.

2.3 A Revista Brasileira de Ciências do Esporte: edições e comitê editorial

No período de 1979 a 1991 foram publicadas 33 edições da Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Dentre essas 33 edições, 6 consistiram em Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte . O Quadro 2 apresenta os volumes e números da RBCE, que se constituíram em Anais, como pode se visualizar:

Quadro 2 – Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

volume	número	mês	ano	Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
1	1	setembro	1979	Anais - I Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
2	3	maio	1981	Anais - II Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
5	1	setembro	1983	Anais - III Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
7	1	setembro	1985	Anais - IV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
9	1	setembro	1987	Anais - V Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
1	1	setembro	1989	Anais - VI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
13	1	setembro	1991	Anais - VII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

Fonte: Elaborada pela autora.

Esse quadro permite entrever que os Anais do CONBRACE foram publicados no período estudado, todos eles em publicações de volumes ímpares da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, ou seja, nos volumes dos anos de 1979, 1981, 1983, 1985, 1987, 1989 e 1991. É oportuno mencionar aqui, conforme aponta Pelegrini (2014), que a publicação dos Anais do evento nessa Revista teve o êxito de conjugar a valorização desses Congressos e de seus participantes que tiveram seus textos publicados com a garantia de conteúdo formatado e adequado para o preenchimento do espaço desse periódico.

Outros dados que merecem ser ressaltados são relativos à comissão editorial da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, a análise desse periódico permitiu compreender que a referida comissão era recomposta a cada biênio, de acordo com as eleições para a diretoria do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Já os revisores desse periódico eram compostos por todos os membros pesquisadores do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. O Quadro 3 apresenta a relação da Comissão Editorial da Revista no período de 1979 a 1991.

Quadro 3 – Comissão Editorial RBCE

Comissão Editorial	n.- v.	Ano
Não foi representada	1-1	1979

Diretor Responsável e Editor Chefe: Osmar Pereira Soares de Oliveira; Editor-Científico: Jorge Pinto Ribeiro; Editor Executivo: Carlos Roberto Duarte; Editores de Seção – Avaliação: José Ney Ferraz Guimarães; Crescimento e Desenvolvimento: Ana Maria Tarapanoff; Educação: Lamartine Pereira da Costa; Medicina: Plínio Montemór; Psicologia e Sociedade: Sandra Maria Cavasini; Treinamento Desportivo: Manoel José Gomes Tubino;	2-1	1980
Idem	3-1	1980
Idem	1-2	1980
Idem	2-2	1981
Idem	3-2	1981
Diretor Responsável: Osmar Pereira Soares de Oliveira; Editor-Executivo: Carlos Roberto Duarte;	1-3	1981
Diretor Responsável e Editor: Osmar Pereira Soares de Oliveira; Editor Executivo: Nelson Gomes Bittencourt;	2-3	1982
Diretor Responsável e Editor: Osmar Pereira Soares de Oliveira; Editor-Executivo: Nelson Gomes Bittencourt; Editores-Científicos – Área Pedagógica: Alfredo Gomes Faria Junior; Área Biomédica: Mauricio Leal Rocha;	3-3	1982
Diretor Responsável: Osmar Pereira Soares de Oliveira; Editor-Executivo: Carlos Roberto Duarte; Editores-Científicos: Área Pedagógica: Alfredo Gomes Faria Junior; Área Biomédica: Mauricio Leal Rocha;	1-4	1982
Editor Chefe: Carlos Roberto Duarte; Editor-Científico: Marco Antônio Vívolo; Editora Executiva: Maria de Fátima da Silva Duarte; Editor Responsável: Osmar Pereira Soares de Oliveira;	2-4	1983
Idem	3-4	1983
Diretor Responsável e Editor: Osmar Pereira Soares de Oliveira; Editor-Executivo: Carlos Roberto Duarte; Editores-Científicos – Área Pedagógica: Alfredo Gomes Faria Junior; Área Biomédica: Maurício Leal Rocha;	1-5	1983
Editor-Chefe: Carlos Roberto Duarte; Editor-Científico: Marco Antonio Vívlo; Editora-Executiva: Maria de Fátima da Silva Duarte; Editor Responsável: Osmar Pereira Soares de Oliveira;	2-5	1984
Idem	3-5	1984
Idem	1-6	1984
Idem	2-6	1985
Idem	3-6	1985
Idem	1-7	1985
Comissão Científica: Ademir Gebara; Ieda F. da Silveira Folegatti; João Batista Freire da Silva; Roseli Golfetti; Silvana Venâncio Freire; Wagner Wey Moreira;	2-7	1986
Editora Científica: Antonia Dalla Pria Bankoff; Comissão Científica: Ademir Gebara; Asdrubal Ferreira Batista; Ieda F. da Silveira; Folegatti; Idico Luiz Pellegrinotti; João Batista Freire da Silva; Roseli Golfetti; Silvana Venâncio Freire; Wagner Wey Moreira;	3-7	1986

Editora Científica: Antonia Dalla Pria Bankoff; Comissão Científica: Ademir Gebara, Asdrubal Ferreira Batista, Ieda F. da Silveira Folegatti, Idico Luiz Pellegrinotti, João Batista Freire da Silva, Roseli Golfetti, Silvana Venância Freire e Wagner Wey Moreira;	8-1	1986
Editora Científica: Antonia Dalla Pria Bankoff; Comissão Científica: Asdrubal Ferreira Batista; Ieda F. da Silveira Folegatti; Idico Luiz Pellegrinotti; João Batista Freire da Silva; Silvana Venância Freire; Wagner Wey Moreira;	8-2/3	1987
Editora Científica: Antonia Dalla Pria Bankoff; Comissão Científica: Ademir Gebara; Asdrubal Ferreira Batista; Ieda F. da Silveira Folegatti; Idico Luiz Pellegrinotti; João Batista Freire da Silva; Roseli Golfeti; Silvana Venância Freire; Wagner Wey Moreira;	9-1	1987
Editora Científica: Antonia Dalla Pria Bankoff; Comissão Científica: Asdrubal Ferreira Batista; Ieda F. da Silveira Folegatti; Idico Luiz Pellegrinotti; João Batista Freire da Silva; Silvana Venância Freire; Wagner Wey Moreira;	9-2	1988
Editora Científica: Antonia Dalla Pria Bankoff; Comissão Científica: Asdrubal Ferreira Batista; Ieda F. da Silveira Folegatti; João Batista Freire da Silva; Silvana Venância Freire; Wagner Wey Moreira;	9-3	1988
Idem	10-1	1988
Editora Científica: Rosana Valério de Souza e Silva; Conselho Editorial: Aguinaldo Gonçalves; Alfredo Gomes de Faria Junior; Antonio Carlos Amadio; Apoloni Abadio do Carmo; Haimo H. Fensterseifer;	10-2	1989
Idem	10-3	1989
Editora Científica: Micheli Ortega Escobar; Conselho Editorial: Aguinaldo Gonçalves; Alfredo Gomes de Faria Junior; Antonio Carlos Amadio; Apolonio Abadio do Carmo; Haimo H. Fensterseifer;	11-1	1989
Editor Chefe: Aguinaldo Gonçalves; Editora Adjunta: Flavia Maria F. Ghioto; Ieda Fonseca da S. Folegatti; Rosana Valéria de S. e Silva; Conselho Editorial: Alfredo Gomes de Faria Junior; Apolonio Abadio do Carmo; Jorge Pinto Ribeiro; José Guilmar Mariz de Oliveira; Maria Gláucia Costa; Nelson Carvalho Marcelino; Vilmar Baldissera;	11-2	1990
Editor Chefe: Aguinaldo Gonçalves; Editora Adjunta: Flavia Maria F. Ghioto; Ieda Fonseca da S. Folegatti; Conselho Editorial: Alfredo Gomes de Faria Junior; Apolonio Abadio do Carmo; Jorge Pinto Ribeiro; José Guilmar Mariz de Oliveira; Maria Gláucia Costa; Nelson Carvalho Marcelino; Vilmar Baldissera;	11-3	1990
Comissão Editorial: Alberto Martins da Costa; Apolônio Abadio do Carmo; Geni de Araujo Costa; Maria Borges Forti; Rosana Valéria de Souza e Silva;	13-1	1991

Baseado em dados de PELEGRINE (2014, p. 73 e 74) e ampliado a partir de dados da RBCE.

Os dados do quadro nos permite entender que nas edições da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, o comitê editorial desse periódico passou por várias mudanças no período estudado, mudanças que na maioria das vezes se alteravam bianualmente e outras até mesmo anualmente. A primeira edição não contou com um comitê editorial. Fato esse que se alterou a partir das edições dos anos de 1980. É oportuno esclarecer aqui que, nas edições publicadas nos anos de 1980 e 1981, o comitê editorial, apresentava editores responsáveis pelas seções. Essas edições estavam divididas em 6, entre elas: Avaliação, Crescimento e

Desenvolvimento, Educação Medicina, Psicologia e Sociedade e Treinamento Desportivo. Nas edições de 1982 e 1983, a comissão editorial apresentou uma configuração diferenciada dos anos anteriores, na parte referente aos editores científicos, havia uma divisão desses editores por áreas, no caso um voltado para a área Pedagógica e o outro para a área de Biomédica.

Já nas edições de 1984 e 1985, o comitê editorial foi organizado apenas por editor-chefe, editor científico, editor executivo, editor responsável. Nas edições de 1986, 1987 e 1988, o comitê editorial passou apenas a ser constituído por comissão científica e editor científico. Alteração que ocorreu apenas, no último número publicado em 1988, em que além da comissão científica, do editor científico foi instituído um conselho editorial. Nas edições do ano de 1989, permaneceu era mesma configuração do comitê editorial da Revista do ano anterior. Nas edições dos anos de 1990, uma nova configuração passa a se compor no comitê editorial, sendo constituída por editor-chefe, editor adjunto e conselho editorial. No entanto, nas edições de 1991, uma nova configuração passou a se constituir formado apenas por uma comissão editorial.

Não se pode deixar de explicar aqui que, no ano de 1988, v. 10, n. 1, não houve um corpo editorial com nomes descrito, pois esse número da revista tratava-se de uma edição comemorativa dos Dez anos do CBCE, cujo tema era “CBCE: DEZ ANOS À EDUCAÇÃO FÍSICA FACE A NOVA LDB”. Para essa edição foi nomeado um responsável pela edição deste número, no caso Laércio Elias Pereira. Observa-se, também, que a RBCE, teve uma pausa em sua publicação quadrimestral, no v. 12, com os números 1, 2 e 3 desse periódico. Essas edições somente foram lançadas em 1992, quando a Revista passa por uma grande mudança em sua proposta editorial de publicar edições temáticas.

Ainda em relação aos membros que compunham o comitê editorial da Revista Brasileira de Ciências do Esporte apresentado no Quadro 3, é oportuno esclarecer que no período pesquisado, ele era constituído por membros com formação em Medicina, Educação Física, Psicologia e Ciências Biológicas, com especialização em Lato Sensu e Stricto Sensu e com e sem experiência em docência no ensino superior.

2.4 Revista Brasileira de Ciências do Esporte: temas, seções, editoriais, artigos e circulação.

No período de 1979 a 1991, foi possível identificar que os temas abordados na Revista Brasileira de Ciências do Esporte eram os mais variados, entre eles: Aptidão Esportiva, Aptidão Física, Psicologia do Esporte, Desenvolvimento Motor, Treinamento Esportivo, Atividade Física e Saúde, Esportes, Medicina do Esporte, Ginástica, Lazer e Recreação, História da Educação Física e dos Esportes, Sociologia do Esporte, Biomecânica, Antropometria, Educação Física Adaptada, Dança, Formação Profissional, Métodos de Pesquisa, Formação de Professores, Educação Física Escolar. Além desses temas, a análise da Revista permitiu identificar temas sem classificação.

Ainda no decorrer do período pesquisado foi possível perceber que a Revista Brasileira de Ciências do Esporte não manteve apenas um padrão de seções de publicação de seus textos, pois essas seções, na maioria das vezes, apresentaram mudanças de um volume para outro. Sendo assim, no período investigado foram identificadas 12 seções diferentes de publicações, entre elas: Anais publicados, Posição Oficial do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Artigo Original, Estudos, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte em notícias, Crônica Esportiva, Artigo de Fundo, Mesa-Redonda de Fisiologia, Artigo de Revisão, Congressos, Veja como foi e Ponto de Vista. Contudo, em relação a essas seções é importante explicar, de acordo com Pelegrini (2014), que algumas foram mais constantes, inclusive integrando-se ao projeto editorial dessa Revista, outras tiveram uma duração efêmera, aparecendo em uma edição e depois desaparecendo por completo do periódico, caso esse, por exemplo, da seção Veja como foi, que foi publicada apenas na edição n.1, v.2, de 1980. Já no caso das seções anais publicados, estudos, artigo original e artigo de fundo essas se fizeram mais presentes no período estudado.

Quanto aos editoriais, as análises permitiram observar que a Revista Brasileira de Ciências não manteve no período de 1979 a 1991, um modelo padrão, pois tinha editoriais que ocupavam uma página inteira, já outros ocupavam apenas meia página, uns eram mais explicativos outros mais sucintos. Alguns assinados por “Todos Nos”, alguns não assinados, assinados em nome do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, outros pelos editores, inclusive editores científicos.

Ao analisar os conteúdos dos editoriais no decorrer do período estudado, esses indicaram uma variedade de abordagens em seus conteúdos, abordagens essas que tratavam desde questões relativas à motivação de publicação da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, os seus propósitos, importância desse periódico até editoriais de cunho mais políticos sobre os anos de 1980 e de editoriais de temáticos.

Em linhas gerais, pode-se dizer que esse editorial deixa evidente as perspectivas, os desafios e os cenários em que estava inserida a Educação Física, bem como as necessidades de discussões e fomentos que havia neste momento histórico. Ainda completam e afirmam “O Colégio vai em frente depois deste evento. Ele é irreversível, não tenham dúvidas... absolutamente irreversível” (REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. São Caetano do Sul: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. 1979, p. 02)

Para além do entusiasmo em criar uma revista, havia uma ideologia política e uma especial vontade em afirmar o esporte como ciência, os discursos apresentados nos editoriais nos mostram, o afã dos membros do CBCE, em consolidar suas ideologias por meio desse impresso.

O editorial da Revista n. 1, v. 7 chama atenção sobre o local de realização do IV Congresso, assim, como do momento histórico do país, marcado por luta do povo brasileiro, por uma política igualitária e por diretas já. No editorial deste número, havia uma entusiasmada esperança que a luta pela democracia existente naquele momento histórico, fosse fortalecida pelas discussões e inquietações de seus organizadores, editorial este que foi assinado por “CBCE”, nos traz.

Os políticos convencionaram chamar esse ponto de culminância de luta do povo brasileiro – que chegou a tomar as ruas e praças pelas diretas já – de Nova República. Existe uma saudável controvérsia sobre o batismo; uns acreditam que é prá valer, outros duvidam, aumentando a expressão para Senil Nova República. Esse clima de mudança pela participação tem um fato realmente novo. Todos estão tomando atitude. De aplauso ou reprovação. As mesas redondas do IV Congresso proporcionarão os debates que trarão a críticas às várias áreas de atuação das Ciências do Esporte na Nova República. (EDITORIAL, v. 7, n. 1, 1985, p. 08)

Os membros do CBCE que assinaram o editorial, ainda apontaram de forma comemorativa a quantidade de trabalhos escritos no Congresso, que pela primeira vez ultrapassou os “três dígitos”, com esperança de que a cada congresso ocorresse à consolidação e o fortalecimento das discussões do Esporte como Ciência, eles registraram os seguintes dizeres no editorial, “Lutamos, a princípio na mesma trincheira. Queremos ver os brasileiros e brasileiras exercendo plenamente o direito fundamental de serem felizes” (REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. São Paulo: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. 1985, p. 08).

Já a RBCE, n. 1, v. 11, apresenta um editorial intitulado por “Esporte e Mudança na América Latina: Perspectiva de Integração”, que traz em seu conteúdo o esporte como prática

social da contemporaneidade e que enfatiza o papel do CBCE, “na busca para garantir a ampla divulgação das temáticas tratadas durante o Congresso”. Além disso, evidencia que pelo grande número de trabalhos apresentados no congresso, serão publicados em edições posteriores a essa.

A RBCE n. 1, v. 13, apresenta um editorial assinado pelo “Diretor Científico”, Valter Bracht, que traz um balanço dos anos anteriores e de como esta a produção científica da Educação Física, naquele momento histórico, conforme revela trechos desse editorial:

[...] Nada mais oportuno, portanto, do que tomar a sétima edição do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, evento que o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte vem promovendo regularmente a cada dois anos desde 1979, para envolver seu colegiado e a comunidade acadêmica em geral, numa avaliação crítica e radical da “Produção e Veiculação do Conhecimento na Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil” (EDITORIAL, v. 13, n. 1991, p. 07).

Ainda que traga explicações sobre o encerramento das atividades da atual diretoria, que tinha Celi N. Zulka Taffarel (Presidente) e Aguinaldo Gonçalves (Vice-presidente).

Um bom exemplo para caracterizar os artigos publicados na Revista Brasileira de Ciências do Esporte no período de 1979 a 1991 constitui nos volumes dessa Revista referentes aos Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

Ao observar que, os principais anais do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte se constituíram em volumes de publicação da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, para ilustrar os temas privilegiados nos artigos desse periódico, procurou-se realizar uma amostra do que foi publicado a partir desses Anais no período de 1979 a 1991. Para tanto, realizou-se a quantificação dos temas abordados em 6 (seis) Anais, apoiando na perspectiva adotada por Pelegrine (2014), em sua tese, que estabeleceu critérios para identificar os temas desse .

O Quadro 4, apresenta os temas nos quais foram abordados no primeiro volume da Revista, os temas foram organizados à partir das descrições estabelecidas em seu enunciado, sendo classificados em categorias de análise conforme o conteúdo nele estabelecido.

Neste quadro 4 são trazidos os temas que se constituíram nos Anais do I Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, n. 1, v., conforme se pode observar:

Quadro 4 – Temas Abordados no I Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

TEMA	QUANTIDADE
Antropometria	7

Aptidão Física	18
Atividade Física e Saúde	4
Dança	1
Psicologia do esporte	4
Desenvolvimento Motor	2
Esportes	1
Sem classificação	1
TOTAL	38

Fonte: Baseado nas informações de PELEGRINE (2014, p. 116).

Cumprir lembrar aqui que esses textos apareceram organizados e configurados nos volumes da Revista Brasileira de Ciências do Esporte referente aos Anais do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, do primeiro ao sexto evento, publicados por “temas livres”, pois mudanças apenas ocorreram na edição do volume do sétimo Anais, conforme se pode observar posteriormente neste capítulo.

Com relação aos dados do Quadro 5, nota-se que, a temática mais abordada foi aptidão física, com 18 artigos e, posteriormente, vinha a antropometria com 7 textos. Os temas menos tratados eram dança e esportes. Segundo Pelegrini (2014), essa primeira edição contou com uma “Comissão de Honra”, composta pelos Cels. Péricles Cavalcanti⁴ e Mauricio de Assunção Cardoso⁵, para seleção e organização dos textos.

Esta primeira edição da Revista, além de trazer em seu conteúdo os Anais do primeiro COMBRACE, publicou artigos sobre perda de peso e avaliação anaeróbica. O primeiro intitulado “Perda de Peso em Lutadores”, de autoria não informada pela revista, que aborda a posição oficial do CBCE, apoiado no parecer do *American College of Sports Medicine*⁶, embora trata-se de um artigo, não é apresentado na revista sua autoria.

O segundo artigo intitulado “Avaliação da Potência Anaeróbica: Teste de Corrida de 40 Segundos”, escrito por Victor Keihan Rodrigues Matsudo, médico e então presidente do CBCE em 1979. O autor propõe uma revisão de análises realizadas em medidas das capacidades anaeróbicas, ainda traz um teste para medida indireta da resistência anaeróbica máxima, chamado teste de corrida de 40 segundos. Ainda com o objetivo de validar tal método.

⁴ Secretário de Educação Física e Desportos do Ministério de Educação e Cultura.

⁵ Referenciado como membro honorário do CELAFISCS (Colocar significado).

⁶ ACSM é a maior organização científica medicina desportiva em exercício no mundo. Com mais de 50.000 membros profissionais certificados em todo o mundo, ACSM é dedicada ao avanço e integração da investigação científica para fornecer educação e aplicações práticas do exercício da ciência e medicina desportiva.

O Quadro 5, apresenta os temas tratados no volume organizado a partir dos Anais II Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte suplemento 1, ano de 1981. Verifica-se que:

Quadro 5 – Temas Abordados no II Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

TEMA	QUANTIDADE
Antropometria	16
Aptidão Física	21
Atividade Física e Saúde	7
Psicologia do Esporte	2
Esportes	2
Formação de Professores	1
Educação Física Adaptada	1
Ensino	2
Sem Classificação	1
TOTAL	53

Fonte: Baseado nas informações de PELEGRINE (2014, p. 116).

Observa-se a partir dessa tabela n. tal, que o tema aptidão física também permanece como o predominante nos textos da edição da Revista referente aos Anais II Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, bem como a temática Antropometria aparece como a segunda mais tratada. Nessa edição, as temáticas aparecerem a Formação de Professores e a Educação Física Adaptada aparecem pela primeira vez, entre os textos. Apesar disso, são as temáticas menos abordadas, surge também o tema descrito como “sem classificação”, foi estabelecido dessa forma, pois seu conteúdo trata de um tema não estabelecido em nossa classificação, que é referente à opinião dos participantes do congresso.

O Quadro 6, aborda os temas que foram tratados no III Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, que se constituíram na edição n. 1, v. 5, 1983.

Quadro 6 – Temas Abordados no III Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

TEMA	QUANTIDADE
Antropometria	12
Aptidão Física	22
Atividade Física e Saúde	6
Psicologia do Esporte	3
Esportes	3
Formação de Professores	4

Atividades Física e Lazer	1
Ensino	12
Sem Classificação	3
TOTAL	66

Fonte: Baseado nas informações de PELEGRINE (2014, p. 116).

Ainda verifica-se nesse volume da Revista, a predominância do tema Aptidão Física, com vinte e dois textos (22). Contudo, percebe-se que nesse volume os textos que aparecem com o segundo maior número de artigos, são os relacionados à Antropometria com doze textos (12) e ao Ensino que pela primeira vez nos Anais se iguala como a segunda temática mais frequente, pois notamos uma crescente neste tema. Em menor número vinham os textos com à temática atividades física e lazer, com apenas um artigo. Mas, um aspecto que chama bastante atenção neste volume da Revista, a temática Formação de Professores aparece com (4) textos.

No volume referente aos Anais do IV do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, o tema Aptidão Física ainda é predominante, com um total de vinte artigos (20). Em segundo lugar, vinham os textos ligados ao tema Ensino, com nove textos e em terceiro estavam os artigos sobre Antropometria, com cinco textos, como se pode notar no Quadro 7.

Quadro 7 – Temas Abordados no IV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

TEMA	QUANTIDADE
Antropometria	5
Aptidão Física	20
Atividade Física e Saúde	2
Dança	4
Esportes	3
Formação de Professores	3
Ensino	9
Sem Classificação	2
Educação Física Adaptada	1
TOTAL	49

Fonte: Baseado nas informações de PELEGRINE (2014, p. 116).

A tabela permite entrever que nesse volume ocorre uma inversão no número de artigos publicados com o tema Antropometria, que perdeu em termos quantitativos de publicação para as temáticas relacionadas ao Ensino. Além disso, em número não muito representativo surge um novo tema nesse volume, no caso a Educação Física Adaptada, com um (1) artigo.

Nota-se que nesse volume os textos referentes aos Anais do COMBRACE ligados ao ensino estão ganhando cada vez mais espaço entre os artigos publicados na edição.

Há de se considerar aqui que, desde o início da apresentação e análise do Quadro 8, referente ao volume dos Anais do V Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, os dados que serão expostos nela chama atenção, conforme pode-se observar:

Quadro 8 – Temas Abordados no V Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

TEMA	QUANTIDADE
Antropometria	6
Aptidão Física	13
Atividade Física e Saúde	1
Dança	2
Esportes	6
Formação de Professores	9
Atividades Física e Lazer	4
Ensino	23
Sem Classificação	5
Educação Física Adaptada	1
TOTAL	70

Fonte: Baseado nas informações de PELEGRINE (2014, p. 116).

É interessante notar a partir desta tabela que, as temáticas ligadas à Aptidão Física e a Antropometria que se mantinham como predominantes em outros volumes dessa Revista como resultante de anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte passou por uma queda no número de textos publicados, sendo publicados apenas treze (13) sobre aptidão física e seis (6) a respeito de Antropometria. Contudo, verifica-se que a temática ligada ao Ensino se consolidou ainda mais, tornando-se a de maior número de publicações entre os textos publicados nesse volume, no caso com vinte três (23). Outro aspecto que chama atenção é o fato do crescimento da temática formação de professores que passou a ocupar o terceiro lugar em número de textos publicados.

O Quadro 9, representa os temas contemplados no volume da Revista referente aos Anais do VI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Entretanto, nessa edição se nota algumas alterações em relação ao volume anterior.

Quadro 09 – Temas Abordados no VI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

TEMA	QUANTIDADE
Antropometria	10
Aptidão Física	18
Atividade Física e Saúde	7
Dança	1
Esportes	7
Formação de Professores	4
Atividades Física e Lazer	9
Ensino	18
História da Educação Física	5
Sem Classificação	6
TOTAL	85

Fonte: Baseado nas informações de PELEGRINE (2014, p. 116).

Nesse volume fica perceptível pela tabela que, a temática ligada ao Ensino permanece predominante entre os textos publicados. No entanto, observa-se que, o tema Aptidão Física volta a crescer entre as publicações de artigos, inclusive nesse caso, com o mesmo número de textos sobre Ensino, com dezoito (18) em ambos. Os artigos sobre a temática Antropometria também crescem numericamente, passando a nove (9) textos nessa edição, ocupando o mesmo número de textos que a temática Atividades Física e Lazer. Contudo, nesse volume a temática formação de professores teve uma redução no número de textos publicados, com apenas quatro (4) artigos. Além disso, pela primeira vez, aparecem cinco (5) textos publicados em uma nova temática, no caso a História da Educação Física.

E, por fim, de acordo com o recorte temporal desta pesquisa, será apresentado o volume da RBCE n. 1, v. 13, referente aos Anais do VII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, no Quadro 10.

Quadro 10 – Temas Abordados no VII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

TEMA	QUANTIDADE
Antropometria	7
Aptidão Física	3
Atividade Física e Saúde	6
Dança	2
Esportes	16
Formação de Professores	18
Atividades Física e Lazer	12
Ensino	24
História da Educação Física	4

Sem Classificação	8
Educação Física Adaptada	10
TOTAL	110

Fonte: Baseado nas informações de PELEGRINE (2014, p. 116).

É importante registrar aqui antes de fazer algumas considerações sobre os dados do quadro, que nesse volume com relação à disposição e organização surge uma novidade dos artigos no sumário da Revista, eles deixam de ser classificados como “Tema Livre” e passam a ser classificados como “Comunicação Oral”. Além disso, surge uma nova categoria intitulada como “Comunicações Coordenadas”.

No que diz respeito aos dados da tabela cumpre lembrar que a temática do Ensino permanece ainda com predominante, nesse caso, com vinte e quatro (24) textos publicados. A temática de Formação de Professores volta a crescer nesse caso, com 18 artigos, passando a ocupar a segunda posição nesse volume. Entretanto, percebe-se nessa edição o crescimento da temática dos Esportes que passou a ocupar o terceiro lugar, com dezesseis (16) textos. Observa-se, também que, as temáticas Atividades Físicas e Lazer tiveram um aumento de quantidade. Mas, foi à temática Educação Física Adaptada que chamou atenção, uma vez que foi publicada dez (10) artigos, fato esse nunca ocorrido em edições anteriores referentes aos Anais do evento. Outro aspecto bem relevante foi o fato da temática Aptidão Física, uma das predominantes no decorrer do período em análise, ter tido uma queda brusca, passando de dezoito (18) textos na edição para apenas três (3) nessa edição. Já a temática Antropometria, embora tenha passado por algumas alterações, ao longo desse período não passou por uma queda tão grande em número de textos quanto a temática Aptidão Física.

De um modo geral, pode-se dizer que, a análise dos temas integrantes dos volumes da Revista Brasileira de Ciências do Esporte resultantes dos Anais dos Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte, no período de 1979 a 1991 acabaram por revelar uma amostra do que, de fato era publicado nessa Revista, sobretudo, no que tange às temáticas que foram mais e menos privilegiadas nas edições dos volumes desse impresso. Além disso, esse exame permitiu verificar que no decorrer do período investigado, ocorreram temáticas que perderam de forma quantitativa o número de textos publicados, como foram os casos da Aptidão Física e da Antropometria, que nas primeiras edições eram as temáticas predominantes. Observou-se, ainda que, no caso de outras temáticas ocorreram o inverso, pois houve o crescimento no número de artigos publicados, fato esse bem evidente com a temática, Ensino.

Acredita-se que a presença predominante de artigos ligados às temáticas, Aptidão Física e Antropometria nos volumes mais iniciais da Revista resultantes dos primeiros Anais dos Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte na década de 1980, estejam relacionados ao fato da produção do conhecimento da Educação Física ser muito influenciada pela área médica até meados da década de 1980, fato este que perdura no contexto atual, em função da disputa por espaços e poder. E ainda, ao fato do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte quanto à Comissão Editorial da Revista Brasileira de Ciências do Esporte ser presididos por médicos. Além disso, os estudos antropométricos se consolidam. Assim, pode-se dizer que as temáticas apresentadas nas edições dessa revista representam lutas no campo para representações na área.

Aliás, no caso da mudança de predominância de temática dos textos ocorrida a partir do volume da Revista a partir dos Anais do V Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, acredita-se que esteja relacionada as mudanças ocorridas a partir de 1986, tanto na composição da direção do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte quanto da composição editorial da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, que passou a ser composta por professores de Educação Física.

Contudo, ainda cumpre destacar que, a Revista Brasileira de Ciências do Esporte não era um impresso de circulação gratuita, pois as pessoas interessadas nesse periódico deveriam comprar os exemplares ou serem sócias do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Os sócios desse Colégio recebiam todos os volumes desse periódico publicados anualmente.

Com base na apresentação e caracterização da Revista Brasileira de Ciências do Esporte no período investigado, pode-se perceber que esse periódico fornece elementos riquíssimos para a pesquisa e análise da História da Educação Física no Brasil, pois esse impresso representa um Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, que no período estudado e até os dias de atuais, tem um papel importante de divulgação do conhecimento na área de Educação Física e Esportes no Brasil. Assim, esse impresso torna-se uma fonte rica para a pesquisa, sobretudo, como a investigação aqui proposta, que busca analisar as orientações que circularam nas páginas dessa Revista para os professores de Educação Física no período 1979 a 1991.

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

Este capítulo direcionou esforços no sentido de analisar as representações sobre a formação de professores e as práticas dos professores de Educação Física escolar, que circularam nas edições da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, fora da modalidade Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, no período de 1979 a 1991. Sendo assim, neste capítulo, foram analisadas apenas as 24 edições da revista. Para tanto, o capítulo foi organizado em três partes. A primeira trata dos autores da Revista Brasileira de Ciências do Esporte que escrevem sobre essas temáticas nas 24 edições analisadas. A segunda parte discute sobre a formação de professores nessa revista. E, por fim, a terceira aborda sobre as práticas dos professores de Educação Física contidas nas edições analisadas desse periódico.

Conforme já exposto na introdução deste trabalho, das 24 edições analisadas da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, para esse capítulo, na seleção dos artigos foram utilizados os seguintes descritores/unitermos: avaliação, crescimento do 3º grau nos anos 1970; subsídios para a formação de professores de Educação Física; habilidades esportivas; práticas de ensino; capacidades intelectuais de professores de Educação Física; corpo docente; interdisciplinaridade; vivência social; dualidade da Educação Física.

Esse levantamento realizado nas 24 edições da revista evidenciou que, no período analisado, circulou nesse periódico, 13 artigos com as temáticas ligadas tanto à formação de professores quanto as práticas de Educação Física. Isso possibilitou a elaboração de um quadro, contendo o ano de publicação, mês, número do volume, autor e título dos artigos selecionados, conforme o recorte temporal.

Relação dos Artigos levantados na RBCE, sobre a formação de professores e as práticas de Educação Física no período de 1979 a 1991

ARTIGOS ANALISADOS						
ANO	MÊS	NÚMERO	VOLUME	AUTOR	TÍTULO	
1	1982	MAIO	3	3	FARIA JUNIOR	PROFESSORES (REFLEXÕES SOBRE OS ESTILOS DE ENSINO REVELADOS POR ALUNOS - MESTRES DUARANTE AS ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADOS).
2	1983	JANEIRO	2	4	ELIANA DE MELO CARAN	CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

						NO ENSINO SUPERIOR
3	1984	SETEMBRO	1	6	CELI TAFFAREL	CAPACIDADES E HABILIDADES INTELLECTUAIS SOLICITADAS NAS PROVAS ESCRITAS DAS DISCIPLINAS TECNICAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E TÉCNICO EM DESPORTO DA UFPE, SEGUNDO A TAXONOMIA DE BLOAN E COLABORADORES.
4	1985	JANEIRO	2	6	CLAUDIO MIYAGIMA	AVALIAÇÃO FORMATIVA DE HABILIDADES DESPORTIVAS PARA O BASQUETEBOL NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.
5	1985	MAIO	3	6	AMAURI OLIVEIRA	DIAGNÓSTICO DO FUNCIONAMENTO DA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE 1º A 4º SÉRIES DO 1º GRAU, EM ESCOLAS DA REDE OFICIAL DE ENSINO DA ZONA URBANA DE MARINGÁ-PR.
6	1987	JANEIRO/MAIO	2 E 3	8	AGUINALDO GONÇALVES	VESTIBULAR ESPECIFICO PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA: SUBSÍDIOS PARA UMA DECISÃO
7	1987	JANEIRO/MAIO	2 E 3	8	JOÃO CARLOS J. PICCOLI	A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE 1º GRAU NO RIO GRANDE DO SUL
8	1987	JANEIRO/MAIO	2 E 3	8	JUAREZ VIEIRA DO NASCIMENTO CHRISTI NORIKO SONOO	PRÁTICA DESPORTIVA: OPÇÃO OU OBRIGAÇÃO?

9	1987	JANEIRO/MAIO	2 E 3	8	DARIO ALVES JÚNIOR DIETMAR KLEINE	EDUCAÇÃO FÍSICA E MATEMÁTICA " ESTUDO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS EM ALUNOS DA PRIMEIRA SÉRIE DO PRIMEIRO GRAU."
10	1988	MAIO	3	9	Valter Bracht	"EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COMO CAMPO DE VIVÊNCIA SOCIAL"
11	1989	MAIO	3	10	IRAN JUNQUEIRA DE CASTRO	A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO
12	1989	MAIO	3	10	TEREZINHA HILDA RHODEN	O CONHECIMENTO DAS PARTES DO CORPO NA ESTRUTURAÇÃO DO ESQUEMA CORPORAL EM PRÉ-ESCOLARES DE TRES A SEIS ANOS DE IDADE
13	1990	JANEIRO	2	11	PAULO GUIRALDELLI JR	EDUCAÇÃO FÍSICA E PEDAGOGIA: A QUESTÃO DOS CONTEÚDOS

Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos exemplares da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (1979-1991).

Do universo deste quadro, de 13 (treze) artigos selecionados da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, desses artigos, 8 (oito) estão direcionados as práticas da Educação Física e 5 (cinco) à formação de professores.

Dos 8 (oito) direcionados as práticas da Educação Física tornaram possível observar que esses versam sobre diferentes aspectos do ensino na área, entre eles, o desenvolvimento da Educação Física no Ensino Superior, as capacidades e habilidades intelectuais solicitadas nas provas escritas das disciplinas técnicas do Curso de Educação Física e Técnico em Desporto, vestibulares específicos para o Curso de Educação Física, o funcionamento e a prática da Educação Física nas escolas estaduais de 1º grau, a contribuição da Educação Física para o ensino de Matemática, a Educação Física como um campo de vivência, a Educação Física e a Pedagogia com a questão dos conteúdos, entre outros.

Entendemos por práticas de Educação Física, as ações pedagógicas ocorridas dentro ou fora do contexto escolar, que apresentem caráter educativo/formativo, aulas de Educação Física propriamente ditas.

Dos 05 (cinco) artigos específicos sobre a formação de professores, foi possível verificar que os títulos publicados versam sobre reflexões de professores a respeito dos estilos de ensino revelados por alunos-mestres durante as atividades de Estágio Supervisionado, avaliação formativa de habilidades desportivas para o Basquetebol no contexto da formação do professor de Educação Física, a formação do profissional de Educação Física.

O levantamento realizado nos exemplares da Revista Brasileira de Ciências do Esporte evidenciou que, no período de 1979 a 1991, circularam em número pequeno, os artigos direcionados tanto à temática formação de professores quanto às práticas de Educação Física. Embora acerca da última temática apareça em maior número os artigos.

Apesar dessas ausências dos temas em estudo na Revista, ao longo do período examinado, não se pode deixar de dizer que esse periódico contribuiu para a construção de uma representação de como configurou a Formação de Professores quanto às práticas de Educação Física, pois os seus poucos artigos publicados permitem analisar e delinear as representações de um tempo passado, registradas em um objeto cultural construído pela imprensa periódica científica, do final da década de 1970 e início da década de 1990, conforme poderão ser compreendidos nos itens 3.2 e 3.3 neste capítulo.

Após essa apresentação inicial do levantamento realizado na Revista e das primeiras análises elaboradas, é válido também verificar quem são os autores que publicam nesta revista, qual a formação acadêmica que possuem, de que lugares falam.

3.1 Autores que tratam da formação de professores e das práticas dos professores de Educação Física Escolar

Nesta parte do capítulo, o importante é identificar e apresentar quem são os autores dos artigos da Revista Brasileira de Ciências do Esporte que tratam dos temas formação de professores e das práticas dos professores de Educação Física Escolar, com isso, espera-se ter mais clareza de onde eles escrevem, quais são as suas pesquisas, formação, enfim, de que lugar esses autores falam. Assim, o objetivo desta parte não é discutir o conhecimento detalhado das biografias e bibliografias desses autores, mas sim, evidenciar qual a formação

que o possuem e a área em que atuam, pois a discussão detalhada sobre a biografia e a produção bibliográfica de um autor demandaria muito tempo nesse trabalho e esse não é o nosso propósito aqui.

Os autores da Revista Brasileira de Ciências do Esporte que trabalham temas relacionados à formação de professores e às práticas dos professores de Educação Física Escolar foram reunidos em dois grupos, em dois quadros distintos, contendo o nome do autor, a sua titulação e área de atuação, da época em que escreveram esses artigos. O quadro aqui elaborado apresenta os autores dos artigos sobre a formação de professores.

Quadro 11 - Autores dos artigos que versam sobre formação de professores

AUTOR	TÍTULO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Alfredo Gomes de Faria Júnior	Graduação em Educação Física – Doutor em Educação	Professor UFRJ (Educação Física, idosos, atividade física, atividades físicas, desporto, didática, formação de professores, promoção da saúde, educação gerontológica e educação especial).
Eliana de Melo Caram	Não encontrado	Secretaria de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura.
Claudio Miyagima	Graduação e Mestrado em Educação Física	Professor - UFPR (1987/1991).
Aguinaldo Gonçalves	Médico e Mestre em Ciências da Saúde	Ciências da saúde e Educação Física (Docente).
Iran Junqueira de Castro	Graduação e Mestrado em Educação Física	Professor Adjunto da UNB, Ciências da Saúde e Educação Física.

Fonte: Elaborado pela autora.

O primeiro autor apresentado no quadro, que escreveu sobre formação de professores, é de autoria de Faria Júnior (1982), intitulado “*Professores (Reflexões sobre os estilos de ensino revelados por alunos-mestres durante as atividades de estágio supervisionado)*”. Na época, Faria Júnior já era graduado em Educação Física, com doutorado na área de Educação. É professor aposentado da UERJ e membro do corpo editorial do Periódico: Arquivos em Movimento. Tem experiência na publicação de trabalhos voltados para as áreas de Didática, Educação Física, com temas ligados aos Idosos, Desporto e Atividades físicas.

A segunda autora de nosso quadro é Caram (1983), com o artigo “Considerações sobre o desenvolvimento da Educação Física no ensino superior”. Em relação a essa autora não foi possível identificar qual é a sua formação e titulação. A única informação localizada foi que na época da escrita desse artigo, a autora era Secretária de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura.

Miyagima (1985) foi o terceiro autor que escreveu sobre formação de professores, com o artigo “*Avaliação formativa de habilidades desportivas para o basquetebol no contexto da formação do professor de Educação Física*”. O referido autor na época era graduado em Educação Física, Mestre em Educação Física. O seu doutorado somente foi concluído na década de 1990, na área de Ciências Sociais pela PUC/SP. No período, era professor do Curso de Educação Física da UFPR. Tem experiência em estudos sobre avaliação em Educação Física, formação profissional, o esporte como fator educacional, entre outros.

O quarto autor identificado é Gonçalves (1987), com o artigo “*Vestibular específico para a Educação Física: subsídios para uma decisão*”. Esse autor na época já era formado em Medicina e mestre em Ciências da Saúde. E atuava como docente na área de Ciências da Saúde. Foi membro pesquisador do CBCE até os anos de 2000.

E, por fim, foi localizado Castro (1989), com o artigo “*A formação do profissional de Educação Física em uma sociedade em transformação*”. Castro (1989) na época já era graduado em Educação Física e Mestre em Educação Física. O doutorado foi concluído posteriormente, na área de Ciências do Exercício. É professor adjunto da UNB, atuando nas áreas de Ciências do Esporte e Educação Física. Tem experiência na escrita de trabalhos voltados ao currículo de Educação Física, esporte como agente de educação, capacidades motoras e aprendizagem motora.

Enfim, pode-se dizer que, a maioria dos autores que escreveram sobre a temática formação de professores na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, no período de 1979 a 1991, falam de dentro da academia, pois são autores que na época já eram mestres ou estavam cursando o mestrado principalmente na área de Educação Física, inclusive muitos já eram professores de universidades, com exceção de Caram (1983), autora do artigo “Considerações sobre o desenvolvimento da Educação Física no ensino superior”, que na época ocupava o cargo de Secretária de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura.

Além disso, a grande maioria dos autores possuía graduação em Educação Física, com exceção do autor Gonçalves (1987), do artigo “Vestibular específico para a Educação Física: subsídios para uma decisão”, que era formado em Medicina.

O próximo quadro elaborado apresenta a relação dos autores que escreveram na Revista Brasileira de Ciências do Esporte sobre as práticas dos professores de Educação Física escolar, o qual descreve o nome do autor, a sua titulação e a sua área de atuação, no ano de publicação do referido artigo.

Quadro 12 – Autores dos artigos que versam sobre as práticas de Educação Física

AUTOR	TÍTULO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Celi Nelza Zulke Taffarel	Graduação em Educação Física e Mestranda em Ciências do Movimento Humano.	Ciências da saúde, Educação Física e Servidora pública UFPE.
Amauri Aparecido Bassoli de Oliveira	Graduação em Educação Física e Mestrando Ciências do Movimento Humano.	Docente associado nível c, UEM.
João Carlos Jaccottet Piccoli	Graduação em Letras e Educação Física e Doutorado em Educação Física.	Docente UFPEL.
Juarez Vieira do Nascimento	Graduado e Mestrando em Educação Física	Docente assistente UEM.
Christi Noriko Sonoo	Graduada e Mestranda em Educação Física	Coordenadoria de Recreação e Desporto UEM.
Dario Alves Júnior	Graduação e livre docência em Educação Física.	Docente adjunto da UFMT.
Dietmar Kleine	Graduação e Doutorado em Educação Física.	Docente da Universidade de livre Berlim
Valter Bracht	Graduação em Educação Física e Doutorando em Ciências da Saúde	Ciências da Saúde e Educação Física.
Terezinha Hilda Rhoden	Não encontrado	Não encontrado
Paulo Ghiraldelli Jr	Graduação em Educação Física e Doutorado em Educação.	Ciências Humanas e Educação (Docente Faculdade Estadual Paulista Júlio de Mesquita).

Fonte: Elaborado pela autora.

O primeiro a escrever sobre as práticas da Educação Física Escolar na revista foi Celi Nelza Zulke Taffarel (1984), com o artigo intitulado “Capacidades e habilidades intelectuais solicitadas nas provas escritas das disciplinas técnicas do curso de licenciatura em Educação Física e técnico em desporto na UFPE, segundo a taxonomia de Blan e colaboradores”. No

período, Taffarel já era graduada em Educação Física e Mestranda em Ciências do Movimento Humano pela UFSC. E professora da Universidade Federal de Pernambuco. Em 1993, conclui o doutorado em Educação na UNICAMP e em 1999, o pós-doutorado na Universidade de Oldenburg, Alemanha, (1999). Tem experiência na produção acadêmica em trabalhos sobre Didática do Ensino superior, Ciências da Saúde, Formação profissional, Epistemologia da Educação Física e Reestruturação curricular na formação de professores. Atualmente, é professora titular da UFBA, atuando na pós-graduação e área administrativa da Faculdade de Educação. Foi presidente do CBCE, por duas gestões (1987-1989 e 1989-1991).

O segundo artigo publicado é de autoria de Oliveira (1985), intitulado “Diagnóstico do funcionamento da prática de Educação Física de 1 a 4 séries do 1 grau, em escolas da rede oficial de ensino da zona urbana de Maringá-PR”. Em 1985, Oliveira já era graduado em Educação Física e Mestrando em Ciências do Movimento Humano pela UFSM. . Em 1999, conclui o doutorado em Educação Física na UNICAMP. Em 2015, fez o seu pós-doutorado em 2015, na UFRGS.

Oliveira possui vínculo funcional com UEM, atuando como professor na graduação e na pós-graduação. Tem experiência em pesquisas voltadas para área de Educação Física escolar, Atividade física e saúde, Sistematização da Educação escolar. É avaliador institucional, com vínculo no Ministério da Educação. Foi coordenador de equipe pedagógica UFRGS, nos anos de 1991-1993 e 1995-1997. Foi vice-presidente e membro da diretoria administrativa do CBCE.

Outro artigo encontrado sobre as práticas de Educação Física Escolar é de autoria de Piccoli (1987), intitulado “A prática da Educação Física nas escolas Estaduais de 1 grau no Rio Grande do Sul”. Em 1987, Piccoli já era graduado em Letras e Educação Física, Mestre em Educação Física pela Iowa State University, Ames, Iowa, USA e doutor em Educação Física na Ohio State University, Columbus, Ohio, USA. Tem experiência em publicações que versa sobre qualidade de vida, acessibilidade, atividade física relacionada à saúde de idosos, parâmetros motores e envelhecimento e Educação Física escolar.

Piccoli é professor aposentado da Escola Superior de Educação Física da UFPEL. Atualmente é docente da FEEVALE, atua em nível de graduação e pós-graduação. É avaliador de cursos de Educação Física com vínculo com SINAES, membro do corpo editorial de dois periódicos: Revista do Campus Universitário de Alegrete e Revistas da Ulbra, Campus Canoas ambas no RS. Também é revisor de quatro periódicos: Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, Revista Brasileira de Ciências e Movimento, Estudos

Interdisciplinares sobre o envelhecimento e Revista Brasileira de Cineantropometria e desempenho humano.

Nascimento (1987) e Sonoo (1987) são os autores do quarto artigo encontrado com publicação na revista ligado à temática, com o artigo “Prática desportiva: opção ou obrigação?”. Em 1987, Nascimento já era graduado em Educação Física e Mestre em Educação Física. Em 1998, concluiu o doutorado em Ciências do Esporte pela Universidade do Porto, em Portugal. Nascimento tem experiências nas áreas de Ciências da Saúde, Educação Física, Pedagogia do Esporte, entre outros.

Atualmente é docente da UFSC, atuando na graduação e pós-graduação. É membro do corpo editorial de dois periódicos educacionais: Revista Brasileira de Ciência e Movimento e Revista da Educação Física, bem como revisor dos seguintes periódicos: Revista Brasileira de Educação Física e Esporte; Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano; Motriz (Rio Claro); Revista da Educação Física; Fitness e Performance Journal; Caderno de Educação Física (Unoeste); Revista Portuguesa de Ciências do Desporto; Kinesis; Revista Paulista de Educação Física; Movimento (Porto Alegre); Revista Brasileira de Fisioterapia; Revista Brasileira de Ciência e Movimento e é também da RBCE. .

Já a coautora deste artigo, Sonoo (1987), no período era mestranda na UFSM na área de Ciências do Movimento Humano. Em 1990, concluiu o seu Doutorado pela Universidade de Barcelona na área de Desenvolvimento profissional e inovação institucional. Desde 1981, é docente da UEM, atuando nas áreas Ciências da Saúde, Obesidade e adolescência, Prática desportiva e Organização e Administração de eventos esportivos.

O sexto artigo encontrado intitulado, “Educação Física e matemática Estudos sobre a contribuição do movimento para a aquisição de conceitos matemáticos em alunos da primeira série do primeiro grau”, também foi escrito em coautoria, por Alves Júnior (1987) e Kleine (1987). Alves Júnior, na época que escreveu esse artigo, já era graduado em Educação Física e também Livre Docente em Educação Física pela UFSM, que tinha concluído em 1986. Desde 1978 é professor na UFMT. O autor possui atuação nas áreas de Ciências da Saúde e Educação Física, docente atuante ao que se refere ao setor administrativo da UFMT.

Kleine (1987) já era Doutor em Educação Física e professor da Universidade de Berlin, na Alemanha. Não foi possível localizar informações sobre a sua produção acadêmica.

Outro autor identificado é Bracht (1988), com o artigo “Educação Física escolar como campo de vivência social”. Bracht quando escreveu esse artigo na Revista já possuía graduação em Educação Física e cursava o doutorado na área de Ciências da Saúde pela Universidade Ossietyky Universität Oldenburg, UNI/Oldenburg, na Alemanha, que concluiu

em 1990. Em 2012 fez pós Doutor pela UFSC, na área de Ciências Humanas. Desde 1995 é docente da UFES. Fez parte do grupo intitulado Coletivo de Autores. Tem experiência em temas ligados à historiografia da Educação Física. Atua como membro do corpo editorial de três periódicos: Revista de Educação Física (UEM); Revista Movimento e Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Foi presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte nos anos de 1991-1993 e 1993-1995.

Rhoden (1989) foi outra autora localizada com o trabalho publicado acerca de práticas de Educação Física Escolar na revista, com o artigo “O conhecimento das partes do corpo na estruturação do esquema corporal em pré-escolares de três a seis anos de idade”. Os únicos dados localizados era que Rhoden (1989), na época era orientanda do PHD João Carlos Jaccottet Piccoli na Escola Superior de Educação Física da UFPE, autor também de artigos relacionados à temática nessa mesma revista.

E, por fim, foi localizado o autor Ghiraldelli Júnior (1990), com o artigo “Educação Física e Pedagogia: a questão dos conteúdos”. Na época que escreveu este artigo já era graduado em Educação Física e tinha concluído o doutorado em Educação, na linha de História, Política e Sociedade pela PUC/SP. Em 1994 obteve o título de livre docente pela UNESP. Foi professor da UNESP. Atualmente é docente na UFRRJ, atuando na graduação e pós-graduação. Possui vínculo como membro do corpo editorial em dois periódicos: Redescrições e Contemporary Pragmatism. Possui uma extensa historiografia nas áreas de História da Educação, Pedagogia, Educação Física, Filosofia e Política.

Em linhas gerais, uma síntese sobre os autores que escreveram sobre a temática práticas de Educação Física na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, no período de 1979 a 1991, permite demonstrar que esses falam de dentro da academia, pois são autores que na época já eram livres docentes, doutores, mestres ou estavam cursando o mestrado em Ciências do Movimento Humano pela UFSC e pela UFSM. Também havia professores doutores de universidades do exterior, como é o caso de Kleine (1987) que era Doutor em Educação Física e professor da Universidade de Berlin, na Alemanha, o que acaba por demonstrar a importância dessa revista para o meio acadêmico científico e sua circulação dessa revista até mesmo no exterior.

Em relação a esses autores ainda, pode-se dizer que, em sua maioria eram graduados em Educação Física. Além disso, boa parte dos autores já ocupava o cargo de professores em universidades públicas federais e estaduais brasileiras. O que vem ainda reforçar, que essa produção estava representada na revista de dentro da academia, ou seja, do meio universitário.

3. 2 A formação de professores de Educação Física na RBCE

A Revista Brasileira de Ciências do Esporte não apresenta uma seção específica para os artigos com a temática formação de professores. Na maioria das vezes, esses artigos foram publicados na seção “Artigo Original”. Para Pelegrine (2014) o “Artigo Original” define-se como:

[...] uma publicação com autoria declarada, que contém ideias, métodos, técnicas, processos e resultados de diferentes áreas do conhecimento. Esse tipo de texto comunica e serve de referência para um campo de pesquisa, informa descobertas, defende métodos e modelos desenvolvidos, deve ser legitimado por uma comunidade de pesquisadores. (p. 97-8).

No intuito também de dar forma às discussões e análises sobre a formação de professores tornou-se necessário aqui retomar os artigos selecionados no quadro inicial deste capítulo. A partir disso, foi elaborado outro quadro contendo apenas os artigos ligados a essa temática, conforme pode se observar:

Quadro 13 – Artigos sobre formação de professores de Educação Física

FORMAÇÃO DE PROFESSORES					
Ano	Mês	Número	Volume	Autor	Título
1 1982	maio	3	3	Alfredo Faria Junior	Professores (reflexões sobre os estilos de ensino revelados por alunos - mestres durante as atividades de estágio supervisionados).
2 1983	janeiro	2	4	Eliana de Melo Caram	Considerações sobre o desenvolvimento da educação física no ensino superior
3 1985	janeiro	2	6	Claudio Miyagima	Avaliação formativa de habilidades desportivas para o basquetebol no contexto da formação do professor de educação física.
4 1987	janeiro/maio	2 e 3	8	Aguinaldo Gonçalves	Vestibular específico para a Educação Física: subsídios para uma decisão
5 1989	maio	3	10	Iran Junqueira de Castro	A formação do profissional de Educação Física em uma sociedade em transformação

Fonte: Elaborada pela autora.

O primeiro artigo com a referida temática publicado na RBCE, em maio/1982 (volume 3, número 3), é de autoria de Alfredo Gomes Faria Junior, intitulado “Reflexões sobre os estilos de ensino revelados por alunos-mestres durante as atividades de estágio supervisionado”. Faria Júnior (1982) apresenta nesse artigo uma pesquisa realizada com 36 alunos que cursavam a disciplina de Metodologia do Ensino de Segundo Grau II, do 8º período do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no primeiro semestre de 1982, evidenciando as diversas nuances que ocorriam durante a formação de professores:

- existência de currículos diferenciados para homens e mulheres;
- cargas horárias diferentes para os currículos de parte masculina e da parte feminina do corpo docente;
- número de créditos diferenciado para os dois currículos;
- metodologias diferentes empregadas nas aulas das disciplinas vinculadas às Matérias Profissionais (Atletismo, Natação, Basquetebol, Voleibol, Handebol etc.) quer se trate de homens, quer se trate de mulheres ainda que sejam os professores os mesmos, sobretudo no que concerne à exigência de performance (FARIA JÚNIOR, 1982, p. 90).

O autor observa, ainda, que havia uma diferenciação de currículo dentro da própria Universidade, o que refletia sobremaneira nas práticas de ensino, trazendo diferenças entre o ensino empregado por homens e mulheres, seja por conhecimentos e experiências anteriores à Universidade ou pela própria constituição hormonal. Nesse artigo, o autor verificou que na busca de amenizar essas divergências ocorridas nessa formação os próprios alunos procuravam colocar em prática técnicas e procedimentos deliberadamente sob a forma de Estágio Supervisionado.

Em seguida foi localizado o artigo intitulado “Considerações sobre o desenvolvimento da Educação Física no Ensino Superior”, na revista volume 4, número 2, publicada em janeiro de 1983, escrito por Eliana de Melo Caram, Secretária de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura. É oportuno esclarecer que esse artigo o único de nossas análises que estava inserido na seção “Ponto de Vista”. Essa seção tinha como objetivo “expressar opiniões e posicionamentos referentes a assuntos de interesse para o campo da Educação Física” (PELEGRINE, 2014, p. 118), no entanto, foi inaugurada nessa edição e não perdurou nas demais.

Caram (1983), em seu artigo apresentou estratégias de desenvolvimento para a

Educação Física no Ensino Superior. Para tanto, a autora realizou uma análise a partir do Diagnóstico de 1970, que foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com MEC. A partir dessa análise a autora apontou que, dentre as deficiências destacam-se:

- Falta de consciência social sobre a importância da prática regular da atividade física por parte da população brasileira;
- [...]- Insuficiência qualitativa e quantitativa de Recursos Humanos para a Educação Física e Desportos;
- [...]- Baixa qualidade de número considerável de cursos de formação de professores e técnicos para a Educação Física e Desporto, em virtude de precariedade da infraestrutura física, inadequação de currículos e formação deficiente do corpo docente;
- Existência de cerca de 57% do total de Cursos de Formação de Professor de Educação Física e Técnicos em Desportos, funcionando fora dos campus universitários, sem a possibilidade de integração com outras unidades universitárias.
- [...]- Necessidade de desenvolver programas de valorização dos recursos humanos específicos da Educação Física e Desporto (CARAM, 1983, p. 60).

Assim, a autora evidenciou que, naquele período havia uma carência muito acentuada na área da Educação Física e isso poderia ser contornado de acordo com metas pré-estabelecidas para que alcançasse um desenvolvimento satisfatório, dentro de um cronograma determinado. Nesse estudo, ressalta, ainda, a importância da Educação Física para o desenvolvimento físico, cultural, tendo como base o desenvolvimento das aptidões físicas, com o intuito de descobrir novos valores para o desporto do país.

Outro artigo localizado foi “Avaliação formativa de habilidades desportivas para o basquetebol no contexto da formação do professor de Educação Física”, de autoria Cláudio Hiroyoshi Miyagima, publicado em janeiro de 1985, na RBCE volume 6, número 2. Nesse artigo, o autor discute os efeitos na aprendizagem de habilidades desportivas do basquetebol em graduandos de Educação Física. Esse estudo foi desenvolvido por meio da avaliação de 40 graduandos de um total de 110 que estavam cursando a disciplina de Basquetebol, no curso de Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Durante a pesquisa, o autor encontrou dificuldades na aplicação de todos os fundamentos a serem avaliados, para isso foi estabelecida uma avaliação fracionada, em que cada avaliador deveria observar isoladamente cada movimento previamente definido.

O autor escolheu os participantes de forma aleatória, havendo por parte dos avaliadores uma necessidade em incentivar o aluno-professor para que buscassem respostas e soluções para as dificuldades apresentadas durante os testes.

Dentre as categorias analisadas pelo autor para avaliação motora habitual, destacam-se:

- critérios empíricos, baseados nas experiências pessoais de cada professor;
- o professor é o único condutor da avaliação [...];
- aplicada como produto final [...];
- preocupação puramente motora [...] (MIYAGIMA, 1985, p. 153).

Esse artigo apresentado na RBCE permite dizer que a formação do professor de Educação Física naquele período pautava-se na orientação do “professor-atleta”, ou seja, havia uma preocupação excessiva com o desempenho atlético do futuro docente, que deveria apresentar habilidades motoras relacionadas a determinada modalidade esportiva para então ensiná-las.

A RBCE volume 8, números 2 e 3, referentes aos meses de janeiro e maio de 1987, respectivamente, circulou com o tema “O que é motricidade humana” e trouxe dentre os trabalhos apresentados, o artigo “Vestibular específico para a Educação Física: subsídios para uma decisão”, de autoria de Aguinaldo Gonçalves.

Gonçalves (1987) nesse artigo teve o objetivo de discorrer sobre os critérios utilizados para o processo de escolha do futuro professor de Educação Física, e assim compreender os fatores que permearam a formação desses profissionais durante os anos de 1970. Para tanto, o autor lança alguns questionamentos em relação a esse modelo de seleção para acadêmicos dos cursos de Educação Física:

[...] avaliar para selecionar mais adequadamente aqueles venham a ter melhor aprendizado para se tornarem educadores? Ou para se fazerem atletas? Correntemente, estes são os dois entendimentos mais imediatos que se obtêm como resposta à atuação do professor de Educação Física. Ou são eles função da graduação? Ou, pelo contrário, a graduação não tem resolutividade para tanto? [...] Ou se trata de impedir que deficientes físicos possam se tornar professores de Educação Física? Ou, em se acolhendo as recomendações da Organização das Nações Unidas de que a participação técnica e política da clientela é fundamental no processo de mudanças em saúde (UNICEF, 1980), seria exatamente para o oposto, no sentido de adequar a seleção às condições fisicamente limitadas de competitividade dessas pessoas? [...] não deveria haver uma avaliação vestibular específica à graduação em Educação Física justamente para discriminar aqueles que tenham sensibilidade para atuar e ensinar a corporalidade com respeito e adequação? (GONÇALVES, 1987, p. 183).

Contudo, o autor no artigo não apresenta respostas para esses questionamentos relacionados a esse processo de seleção tido por ele mesmo como “discriminatório”. Aponta

apenas que isso poderia ser respondido tecnicamente, repensando os testes empregados para avaliar a especificidade, sensibilidade e propriedade do desempenho que se pretende alcançar.

E, por fim, foi localizado o artigo “A formação do profissional de Educação Física em uma sociedade em transformação”, de autoria de Iran Junqueira de Castro, na RBCE, volume 10, número3, de maio de 1989. Nesse artigo, Castro (1989) apresentou novos subsídios para uma formação profissional coesa e consistente desse profissional, defendendo um currículo visando uma educação no social, o professor como agente de transformação, afirmando que:

O marco conceitual de um currículo de uma escola de Educação Física deve responder, inevitavelmente, a que tipo de profissional se pretende formar, que enfoque educacional-pedagógico se pretende que ele desenvolva ao sair dessa escola e em qual sociedade esse profissional vai atuar. (CASTRO, 1989. p. 34).

Assim, fica perceptível no artigo, que a preocupação do autor com a formação do profissional de Educação Física deve possuir as características comuns para que seja um agente social de mudanças, desde atender às individualidades dos alunos a estar disponível e participante no contexto educacional.

Os cinco artigos do quadro se aproximaram por trabalharem a temática da formação de professores, no entanto, esses versam sobre perspectivas diferentes, aspectos distintos, mas com olhares para a formação de professores ocorrida dentro das instituições de ensino superior, para os graduandos na área de Educação Física que frequentavam essas instituições.

Percebe-se que os autores desses artigos trabalham as questões da formação de professores, em relação às disciplinas e as carências do Curso de Educação Física, bem como a formação profissional do egresso. No que tange a carência do Curso de Educação Física encontra-se o artigo de Eliana de Melo Caram (1983), intitulado “Considerações sobre o desenvolvimento da Educação Física no Ensino Superior”. Embora a autora represente no conteúdo de seu artigo, carência na área. Caram (1983) não deixa de evidenciar a importância da Educação Física para o desenvolvimento físico, cultural, tendo como base o desenvolvimento.

Em relação às disciplinas do Curso de Educação Física, depara-se como o artigo “Reflexões sobre os estilos de ensino revelados por alunos-mestres durante as atividades de estágio supervisionado”, de autoria de Alfredo Gomes Faria Júnior e o artigo “Avaliação formativa de habilidades desportivas para o basquetebol no contexto da formação do professor de Educação Física”, de autoria Cláudio Hiroyoshi Miyagima. Nesse caso, o

primeiro voltado para a disciplina de Metodologia do Ensino de II e segundo direcionado a disciplina de Basquetebol.

Enquanto o artigo de Faria Júnior (1982) se ateve mais a uma discussão do currículo do Curso de Educação Física na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no que diz respeito a um currículo diferenciado para homens e mulheres na disciplina de Metodologia do Ensino de II. O artigo de autoria de Cláudio Horoyoshi Miyagima, embora a Educação Física estivesse passando por um momento de mudanças, quando esse texto foi publicado em 1985, sobretudo, com um debate acadêmico em torno da Educação Física, com a proliferação de discursos científicos, marcado pelo retorno dos primeiros professores que cursaram doutorado no exterior, abertura de cursos de pós-graduação no Brasil, mudanças na produção acadêmica conforme tratado no primeiro capítulo desta Dissertação, que acabavam por operar mudanças na concepção de Educação Física. O que se observa nesse artigo ainda é uma concepção de Educação Física de caráter competitivista, concepção essa incentivada pós 64, conforme dizeres de Guiraldelli Jr. (1988).

Afinal, Miyagima (1985) apontava nos resultados de seus estudos nesse artigo, que foi perceber que a formação do professor de Educação Física naquele período pautava-se na orientação do “professor-atleta”, ou seja, havia uma preocupação excessiva com o desempenho atlético do futuro docente, que deveria apresentar habilidades motoras relacionadas a determinada modalidade esportiva para então ensiná-las. O que acaba por demonstrar ainda uma formação de professores de Educação Física marcada por finalidades competitivista.

Os artigos “Vestibular específico para a Educação Física: subsídios para uma decisão”, de autoria de Aguinaldo Gonçalves (1987) e “A formação do profissional de Educação Física em uma sociedade em transformação”, de autoria de Iran Junqueira de Castro (1989), voltam os seus olhares para a formação do professor de Educação Física, tendo em vista a questão profissional, o primeiro artigo direciona a sua discussão em torno do vestibular e os critérios para a escolha do profissional de Educação Física e o segundo a preocupação com a formação do profissional de Educação Física e suas características para que seja um agente de mudanças sociais e participante no contexto.

Percebe-se que Gonçalves (1987), ao traçar uma discussão pensando se não deveria haver uma avaliação em vestibular específica à graduação em Educação Física, em seu artigo permite entrever a presença de uma formação profissional de concepção Competitivista. Enquanto Castro (1989) possibilita notar uma preocupação com uma formação profissional

mais voltada as mudanças sociais, em realidade, uma concepção de formação baseada em uma concepção de Educação Física mais filosófica, mais de caráter progressista.

Com vistas que, no campo das relações de poder e dominação, as “lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender o mecanismo pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p. 17). Assim, pode-se dizer que os artigos acerca da formação de professores na RBCE, no período de 1979 a 1991, tiveram suas representações construídas pelos autores em seus conteúdos institucionalizadas tanto por estratégias quanto por práticas que marcaram um período da História da Educação Física no Brasil. Afinal, a RBCE era um lugar de disputas de poder, que colocava em circulação produções que debatiam a área de Educação Física no período.

3.3 As práticas de Educação Física escolar na RBCE

Para dar forma às discussões e análises sobre as práticas da Educação Física na Revista Brasileira de Ciências do Esporte tornou-se, também, necessário aqui retornar aos artigos selecionados no quadro inicial deste capítulo. Para tanto, foi elaborado outro quadro contendo apenas os artigos ligados a essa temática, como pode se observar:

Quadro 14 - Artigos sobre práticas de Educação Física Escolar

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR						
Ano	Mês	Número	Volume	Autor	Título	
1	1984	setembro	1	6	Celi Nelza Zulke Taffarel	Capacidades e habilidades intelectuais solicitadas nas provas escritas das disciplinas técnicas do curso de licenciatura em Educação Física e técnico em desporto da UFPE, segundo a taxonomia de Bloan e colaboradores.

2	1985	maio	3	6	Amauri Aparecido Bassoli de Oliveira	Diagnóstico do funcionamento da prática de educação física de 1º a 4º séries do 1º Grau, em escolas da rede oficial de ensino da zona urbana de Maringá-PR.
3	1987	janeiro/maio	2 e 3	8	João Carlos J. Piccoli	A prática da Educação Física nas escolas estaduais de 1º Grau no Rio Grande do Sul.
4	1987	janeiro/maio	2 e 3	8	Juarez Vieira do Nascimento; Christi Noriko Sonoo	Prática Desportiva: opção ou obrigação?
5	1987	janeiro/maio	2 e 3	8	Dario Alves Júnior; Dietmar Kleine	Educação Física e matemática: “estudo sobre a contribuição do movimento para a aquisição de conceitos matemáticos em alunos da primeira série do primeiro grau”.
6	1988	maio	3	9	Valter Bracht	Educação Física escolar como campo de vivência social
7	1989	maio	3	10	Terezinha Hilda Rhoden	O conhecimento das partes do corpo na estruturação do esquema corporal em pré-escolares de tres a seis anos de idade
8	1990	janeiro	1	11	Paulo Ghiraldelli Jr	Educação Física e Pedagogia: a questão dos conteúdos.

Fonte: Elaborada pela autora.

Dentre os artigos que tratam das práticas de Educação Física escolar, o primeiro artigo encontrado foi de autoria de Celi Neuza Zulke Taffarel. O artigo, “Capacidade e Habilidades intelectuais solicitadas nas provas escritas das disciplinas técnicas do curso de licenciatura em Educação Física e técnico em Desportos da UFPE, segundo a taxonomia de Bloom e colaboradores”, escrito por Celi Neuza Zulke Taffarel, foi publicado na RBCE, volume 6, número 1, em setembro de 1984. Nesse artigo, Taffarel (1984) analisou quais as capacidades intelectuais foram solicitadas por professores do curso de licenciatura em Educação Física da

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Para tanto, a autora Taffarel (1984) estabeleceu duas perguntas para nortear sua pesquisa,

Considerando que as provas escritas são instrumentos utilizados por todos os professores das disciplinas técnicas do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPE, propõe-se, o presente estudo, responder as seguintes perguntas: a) quais os tipos de provas, número de ítems e tipos de ítems utilizados com maior frequência pelos professores, nas provas aplicadas aos alunos do Curso de Licenciatura em Educação Física e Técnico de Desportos da UFPE., no período de 1981 a 1982? b) quais as habilidades e capacidades intelectuais solicitadas pelos professores, através dos ítems das provas escrita segundo a taxonomia dos objetivos educacionais, elaborada por BLOOM ET ALLI (8)? (TAFFAREL, 1984, p. 117, sic).

Com o objetivo de sistematizar e buscar novas perspectivas de avaliação para o curso de Licenciatura em Educação Física, o estudo foi direcionado a um campo filosófico da ação e percepção docente. Contudo, a autora concluiu que, em sua maioria as provas eram dissertativas, no entanto, os ítems os quais as opções eram de múltipla escolha se apresentavam em maior número, com isso, não se admitia o pensamento diferenciado e ou divergente do solicitado, não havendo espaço e possibilidades ao contraditório.

O artigo “Diagnóstico do funcionamento da prática da Educação Física de 1º a 4º série do 1º grau, em escolas da rede oficial de ensino, da zona urbana de Maringá-PR” de autoria Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, publicado no volume 6, número 3, da RBCE de maio de 1985, publicado na seção “Artigo Original”, teve como objetivo de estudo diagnosticar como se dava a prática da Educação Física nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Para o autor realizar um levantamento da prática de Educação Física presentes nestas escolas na zona urbana de Maringá-PR, foi utilizado um questionário com quatorze questões abertas, contendo perguntas sobre: administração, instalações físicas e pedagógicas.

Com a afirmativa de que a Educação Física ainda era vista como fator educacional secundário para alguns educadores e que muitos não conseguem relacionar como esta disciplina se articula no processo educacional e estrutural, dentro do contexto escolar. O autor para validar sua perspectiva de que a Educação Física se insere como uma disciplina de extrema importância traz a Lei 5.692/71, em que em seu artigo 7º traz a obrigatoriedade da Educação Física nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, fato constatado como positivo em todas as escolas.

O artigo “A prática da Educação Física nas escolas Estaduais de 1º grau no Rio

Grande do Sul”, de autoria de João Carlos J. Piccoli, publicado na RBCE volume 8, números 2 e 3, referentes aos meses de janeiro e maio de 1987, objetivou diagnosticar quais eram as práticas de Educação Física nas escolas Estaduais do Rio Grande do Sul, englobando os conteúdos ministrados nas aulas, corpo docente, dispensa dos alunos, estrutura física e qualificação docente.

Para que a pesquisa pudesse ser realizada, foi elaborado um documento direcionado aos supervisores de Educação Física, lotados nas 38 Delegacias de Educação Física do Rio Grande do Sul. Para o autor,

Embora a Educação Física de 1ª a 4ª séries proporcione à criança atividades que objetivem a educação do movimento, foi observado, também, a preocupação dos professores em ministrar jogos pré-desportivos a alunos de 3ª a 4ª séries, com a finalidade de introduzir noções desportivas elementares. A investigação revelou que as escolas de 32% das DEs incluem noções desportivas no currículo de 1ª a 4ª séries e 66% não o fazem. As últimas quatro séries do 1º grau ministram atividades desportivas dos alunos sendo as mais populares o handebol de salão, voleibol, atletismo, futebol de campo e basquetebol (PICCOLI, 1987, p. 172).

O estudo comprovou que nas primeiras séries do Ensino Fundamental a Educação Física apresenta uma atenção especial, porém, a prática fica prejudicada, devido uma estrutura física e material de péssima qualidade. Este documento foi realizado por meio de revisão de literatura.

O quarto artigo analisado, intitulado “Prática Desportiva: opção ou obrigação?” de autoria Juarez Vieira do Nascimento e Christi Noriko Sonoo foi publicado na mesma edição do trabalho analisado anteriormente. Nascimento e Sonoo (1987), nesse artigo tiveram como objetivo identificar quais foram os motivos para que os acadêmicos matriculados na disciplina de Prática Desportiva, da Universidade Estadual de Maringá-PR no ano de 1986 desistissem de cursá-la até o término.

O artigo trata da importância da prática esportiva para além dos muros da Universidade, assim surge à preocupação dessa numerosa desistência.

Desta maneira, os universitários maringaenses vêm sendo beneficiados com atividades físicas regulares e orientadas através da disciplina Prática Desportiva, cujo regulamento objetiva uma educação voltada para o desenvolvimento do hábito da atividade física permanente, a integração do estudante no Campus Universitário e a consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade

(NASCIMENTO; SONOO, 1987, p. 159).

Para coletar os dados, Nascimento e Sonoo (1987) utilizaram um questionário somente com questões abertas, após o término das respostas foi realizada uma categorização das respostas, para posterior análise. Nesse artigo, as análises evidenciaram que os acadêmicos atribuem a responsabilidade em oportunizar uma prática desportiva à Universidade, no entanto, são conscientes da importância de atividades físicas regulares, porém não praticam devido à deficiência estruturais e físicas ofertadas.

O artigo “Educação Física e Matemática: estudo sobre a contribuição do movimento para a aquisição de conceitos matemáticos em alunos da primeira série do primeiro grau”, dos autores Dario Alves Júnior e Dietmar Kleine (1987) realiza estudo com alunos da 1ª série do ensino fundamental, contando com conteúdos como lateralidade, cores e formas geométricas, entre outras. Os autores consideram que devido a:

[...] dificuldade dos alunos na aprendizagem da Matemática e o alto índice de reprovação na 1ª série do 1º grau, tentou-se trabalhar de forma conjunta entre a Educação Física e a Matemática. Desta maneira, buscou-se de alguma forma contribuir futuramente para uma possível diminuição da repetência e evasão nesta etapa escolar (ALVES JÚNIOR; KLEINE, 1987, p. 177).

No estudo os autores puderam observar uma melhora significativa dos alunos participantes no que diz respeito ao aprendizado da Matemática. Para Alves Júnior e Kleine (1987), faz-se necessário uma interdisciplinaridade no contexto escolar, assim esse estudo trouxe novas possibilidades de aprendizado e integração entre essas duas disciplinas, pois no entendimento dos autores, os conteúdos devem proporcionar novas experimentações aos alunos, uma consciência corporal e cognitiva entre as diversas áreas de saberes.

O artigo “Educação Física escolar como campo de vivência social” de Valter Bracht, publicado na RBCE no volume 9, número 3, em maio de 1988, é parte de um estudo que discute as ações pedagógicas em Educação Física. Bracht (1988), nesse artigo descreve as concepções dualistas que permeiam a prática da Educação Física, conceitos estes que se inserem no âmbito de uma prática voltada para o bem-estar físico, isolado do pensamento.

Para delinear seu estudo, o autor caracterizou-o da seguinte forma: a socialização através do jogo e do esporte; a aprendizagem social no ensino dos esportes nas escolas; o fenômeno do jogo na sua relação com o esporte; e metodologia do ensino do basquete.

Para o estudo, as aulas foram observadas e após essa nova proposta de ensino, foi

aplicado aos alunos um questionário com questões dissertativas aos alunos.

Quando nos referimos a questão do conteúdo sócio-educativo dos jogos desportivos procuramos ressaltar que os professores de Educação Física devem tomar consciência de que na escola são inculcados nos alunos, os valores e normas de comportamento “desejáveis” da nossa sociedade. Esses valores “desejáveis”, são os valores dominantes, que por sua vez, são os dos dominantes, ou seja, a escola reproduz a ideologia da classe dominante (BRACHT, 1988, p. 37).

Ao concluir esse artigo, o autor tece duras críticas ao capitalismo, e como se dão as relações entre os saberes e o esporte. Ressalta, ainda, a competição muitas vezes desmedida, empregando ao esporte um cunho meramente competitivo.

Em seguida foi localizado o artigo intitulado “O conhecimento das partes do corpo na estruturação do esquema corporal em pré-escolares de três a seis anos de idade” de Terezinha Hilda Rhoden, publicado no volume 10, número 3 da RBCE de maio de 1989. Nesse artigo, a autora buscou identificar como se dava o reconhecimento das partes do corpo entre os pré-escolares com idades entre três e seis anos. Para Rhoden (1989),

Mesmo antes do nascimento, o ser humano já utiliza o corpo para manifestar-se; todas as necessidades e desejos são, durante grande parte da vida, expressos através do corpo, numa constante relação com o mundo que o rodeia. Percebe-se que nas primeiras etapas do desenvolvimento o instrumento é o corpo, que é manejado de forma livre e espontânea (p. 38).

A autora nota que nesse estudo realizado com pré-escolares o conhecimento das partes da estrutura corporal, por meio de desenhos que remetem a diferentes concepções de corpo, é de extrema importância, pois trazem uma diversidade de significados a esses alunos.

E, por fim, o último artigo analisado acerca das práticas de Educação Física foi publicado na RBCE volume 11, número 2, de janeiro de 1990, é de autoria de Paulo Ghiraldelli Jr, com o título “Educação Física e Pedagogia: a questão dos conteúdos”. Nesse artigo, o autor buscou delinear os caminhos convergentes e divergentes dessas disciplinas, apontando as concepções de cada uma delas e o fato de ao mesmo tempo caminharem juntas tiveram suas historiografias escritas separadamente, como se uma negasse a outra, ou mesmo que fossem complementares. Para o autor,

A Pedagogia e a Educação Física formam uma curiosa espécie de irmãs siamesas. Em princípio, não poderiam viver separadas, todavia, no cotidiano, tendem a não cruzar olhares. Por outro lado, a Pedagogia é, grosso modo, a teoria da educação e, por isso mesmo, não poderia deixar de teorizar também

no âmbito da Educação Física. Mas se recusa a esta tarefa. Por outro lado, a Educação Física é, grosso modo, a educação do movimento corporal humano dentro de certos parâmetros específicos e, concomitantemente, seu estudo. Deveria, portanto, aproveitar todas as conquistas pedagógicas, mas efetivamente tende a desconhecê-las (GHIRALDELLI, 1990, p. 133).

Ao concluir o artigo, Ghiraldelli (1990) aponta que, podem-se distinguir dois pontos. Do lado da Pedagogia, esta discussão deve se transferir para a Educação Física com urgência os conteúdos dos 1º, 2º e 3º graus, que devem ser eleitos segundo critérios que avaliem o grau de objetividade, de universalidade, enfim de classicidade entre eles. Do lado da Educação Física esta pergunta talvez se coloque com menos intensidade (embora também se coloque!) dado que se trate aqui da necessária produção de um inventário, um exame clínico dos velhos e novos conteúdos, impondo primeiro uma historicização e, posteriormente uma discussão epistemológica e as indicações para uma tipologia.

De um modo geral, pode-se dizer que os 8 (oito) artigos do quadro se aproximam por trabalharem a temática das práticas de Educação Física, no entanto, esses versam sobre perspectivas diferentes, aspectos distintos, alguns com olhares mais direcionados aos debates mais filosóficos em torno da Educação Física. Outros ligados à prática da Educação Física em escolas da rede pública de 1ª a 4ª séries e com pré-escolares. Outro relacionado a um trabalho interdisciplinar utilizando a Educação Física e com outra disciplina. E, por fim, um ligado à Prática Desportiva.

Os artigos aqui analisados permitem compreender que, embora todos os autores fossem formados em professores, a discussão sobre a prática se dava mais por aqueles preocupados com as dimensões e processos educativos. Um dos aspectos interessantes foi também perceber com relação a esses artigos, que em alguns deles já deixam transparecer os novos debates que se instauram em torno da Educação Física, a partir do final do início dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, com as mudanças que se operam na Educação Física, mediante a proliferação do discurso científico. Em realidade, apresentam um combate ao discurso tecnicista de anos anteriores. Bons exemplos de artigos a respeito da proliferação de discurso científico, aqui analisados são os de autoria de Celi Neuza Zulke Taffarel (1984) e Paulo Ghiraldeli Jr (1990).

Diante disso, é oportuno registrar aqui que, Celi Neuza Zulke Taffarel (1984) no artigo “Capacidade e Habilidades intelectuais solicitadas nas provas escritas das disciplinas técnicas do curso de licenciatura em Educação Física e técnico em Desportos da UFPE, segundo a taxonomia de Bloom e colaboradores” e Paulo Ghiraldeli Jr (1990) no artigo “Educação

Física e Pedagogia: a questão dos conteúdos” possibilitou compreender em suas abordagens um debate mais filosófico da Educação Física.

O artigo de Valter Bracht (1988), intitulado “Educação Física escolar como campo de vivência social”, também é importante do ponto de vista dos debates acadêmicos que se operam na Educação Física do final da década de 1970 e início dos anos de 1980, uma vez que o autor descreve as concepções dualistas que permeiam a prática da Educação Física, conceitos estes que se inserem no âmbito de uma prática voltada para o bem-estar físico, isolado do pensamento. Com isso, pode-se dizer que Bracht (1988) apresenta uma discussão em torno das duas concepções que permeavam as práticas da Educação Física, a concepção competitivista e a concepção progressista. Assim, pode-se dizer que nesse artigo, fica evidente a abordagem das duas concepções que marcaram a Educação Física no período de escrita do artigo, uma voltada para o bem-estar físico isolado do pensamento e outra que valorizava as questões relativas à reflexão, marcada por características filosóficas.

Os artigos de Oliveira (1985) e Piccoli (1987) e Rhoden (1989) trazem uma abordagem com o foco voltado, sobretudo, a prática de Educação Física em escolas da rede oficial de ensino. No artigo “Diagnóstico do funcionamento da prática da Educação Física de 1º a 4º série do 1º grau, em escolas da rede oficial de ensino, da zona urbana de Maringá-PR” de autoria Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira (1985). O autor afirma que a Educação Física ainda era vista como fator educacional secundário para alguns educadores e que muitos não conseguem relacionar como esta disciplina se articula no processo educacional e estrutural, dentro do contexto escolar. Contudo, a leitura e análise desse artigo não permitiu identificar qual era a concepção de Educação Física, mas possibilitou compreender que a prática da Educação Física tinha uma finalidade secundária no cotidiano dessas instituições escolares da rede pública urbana de Maringá, nesse período.

No caso do artigo “A prática da Educação Física nas escolas Estaduais de 1º grau no Rio Grande do Sul”, de autoria de João Carlos J. Piccoli (1987), embora o estudo tenha comprovado que nas primeiras séries do Ensino Fundamental a Educação Física apresenta uma atenção especial, porém, a prática fica prejudicada, devido uma estrutura física e material de péssima qualidade. Piccoli (1987) observou que a preocupação dos professores em ministrar jogos pré-desportivos a alunos de 3ª a 4ª séries, com a finalidade de introduzir noções desportivas elementares. A investigação revelou que as escolas de 32% das DEs incluem noções desportivas no currículo de 1ª a 4ª séries e 66% não o fazem. As últimas quatro séries do 1º grau ministram atividades desportivas dos alunos sendo as mais populares

o handebol de salão, voleibol, atletismo, futebol de campo e basquetebol. Esse artigo já permite entrever uma concepção de Educação Física presente no cotidiano das primeiras séries do 1º das escolas estaduais do Rio Grande do Sul, marcada pela concepção competitivista, pois as práticas dos professores estão mais preocupadas com noções desportivas. Contudo, percebe-se também nesse artigo que a finalidade do ensino de Educação Física fica prejudicada devido à falta de estrutura física e péssima qualidade do material. Assim, acredita-se que aqui também, o ensino da Educação Física acaba tendo uma finalidade secundária dentro do cotidiano das escolas da rede publicado do Rio Grande do Sul.

Já o artigo de Terezinha Hilda Rhoden (1989), intitulado “O conhecimento das partes do corpo na estruturação do esquema corporal em pré-escolares de três a seis anos de idade” apresenta uma análise em outra perspectiva da prática de Educação Física nas escolas, ao realizar um estudo com pré-escolares, buscando o conhecimento das partes da estrutura corporal, por meio de desenhos que remetem a diferentes concepções de corpo, a autora evidencia a importância de se trazer esse ensino para os alunos. Desse modo, pode-se dizer que Rhoden (1989) evidencia com o seu artigo outra finalidade para a prática de Educação Física na escola, revelando que a partir das partes do corpo dos pré-escolares pode-se desenvolver uma aula. Assim, acredita-se que o seu artigo apresenta uma concepção de Educação Física mais de caráter progressista e, não somente atrelada a uma prática de Educação Física voltada aos Esportes e a Competição.

O artigo “Educação Física e Matemática: estudo sobre a contribuição do movimento para a aquisição de conceitos matemáticos em alunos da primeira série do primeiro grau”, dos autores Dario Alves Júnior e Dietmar Kleine (1987) se abre para outra perspectiva da prática da Educação Física associada a um trabalho interdisciplinar. Percebe-se assim que, os autores Alves Júnior e Kleine (1987) trazem para as práticas da Educação Física outra finalidade ao seu ensino, nesse caso, associado ao ensino da Matemática. Com isso, os autores acabam por revelar em seu artigo novas possibilidades de aprendizado e integração entre a Educação Física e a Matemática, pois assim, os autores apontam que os conteúdos acabam por proporcionar novas experimentações aos alunos, com uma consciência corporal e cognitiva entre as diversas áreas de saberes. Desse modo, acaba por expressar uma concepção a Educação Física de caráter mais progressista e voltada a uma finalidade de ensino com caráter interdisciplinar.

E, por fim, cumpre analisar o artigo dos autores Juarez Vieira do Nascimento e Christi

Noriko Sonoo (1987), intitulado “Prática Desportiva: opção ou obrigação?” que se abre para uma perspectiva de tratar a importância da prática esportiva para além dos muros da Universidade, devido à preocupação da numerosa desistência que ocorria. Percebe-se que a finalidade deste artigo é tornar os alunos conscientes da importância de atividades físicas regulares, apesar de compreender que muitos desistem devido à deficiência estruturais e físicas ofertadas. Embora o artigo preze por uma interação entre os alunos da universidade e uma prática de atividades desportivas.

Assim, pode-se dizer que os artigos acerca da temática práticas de Educação Física publicados na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, no período de 1979 a 1991, estiveram representados nesse periódico, alguns se ocupando em abordar os debates que circularam em torno da Educação Física do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, com discussões em torno dos conceitos de Educação Física. Outros debatendo práticas em torno da Educação Física voltadas para dentro do Ensino Superior e também com estudos para dentro das escolas da rede pública de ensino de 1ª a 4ª séries do 1º grau e de Pré-Escola. Tal circunstância permite reafirmar os dizeres de Chartier (2002) sobre a identificação de diferentes representações sobre um mesmo tema para grupos, que apesar de participarem de um mesmo projeto, mantinham-se numa relação de poder e dominação.

Também com vistas que, no campo das relações de poder e dominação, as “lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender o mecanismo pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p. 17), que se pode dizer que, os artigos sobre as práticas de Educação Física na RBCE, no período de 1979 a 1991, tiveram suas representações construídas pelos autores em seus conteúdos institucionalizadas tanto por estratégias quanto por práticas que marcaram um período da História da Educação Física no Brasil. Assim, os artigos sobre as práticas de Educação Física em seus conteúdos acabavam por expressar as práticas que eram traduzidas em lutas de representações que ocorriam no lugar em que as estratégias foram delineadas – neste caso, na RBCE, que pode ser considerada um lugar de disputas de poder.

Contudo, ao apoiar-se nos dizeres de Chartier (1991) acerca das representações, pode-se mencionar que a RBCE colocou em circulação em seus artigos representações sobre formação de professores e as práticas de Educação Física, que foram estrategicamente pensadas e construídas pelos responsáveis por esse periódico, com base em um período marcado por debates acadêmicos em torno da Educação Física, com a proliferação de

discursos científicos, em uma época que ficou conhecida na História da Educação Física no Brasil, como de “crise” nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Dissertação que objetivou analisar como a formação de professores e as práticas de Educação Física foram representadas na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) entre 1979 a 1991, permitiu constatar que, a revista pesquisada constitui-se em um periódico científico da área de Educação Física e Ciências do Esporte, editado e publicado trimestralmente pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) desde setembro de 1979. Ainda tornou possível identificar que a RBCE surgiu em 1979, para fomentar as discussões realizadas no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), evento organizado pelo Colégio brasileiro de ciências do esporte (CBCE), pois esse Colégio desde a sua criação em 1978 preocupou-se com o estímulo a produção científica e sua socialização.

Além disso, permitiu observar que, a RBCE que surgiu um ano após a fundação do CBCE, teve o seu surgimento alinhado aos debates acadêmicos em torno da Educação Física brasileira, com a proliferação de discursos científicos na área ocorridos do final da década de 1970 e início dos anos de 1980, quando se configurou a necessidade de uma mudança de rumos na Educação Física brasileira. Desse modo, pode-se dizer que o surgimento dessa revista esteve associado a esse movimento de Academicismo do discurso na tentativa de atribuir uma maior legitimidade no interior do campo da Educação Física e que a sua produção acabou-se tornando uma importante ferramenta para divulgação do Colégio CBCE e de suas concepções de Educação Física.

No levantamento realizado nos exemplares da RBCE, no site dessa revista na internet no período por esta Dissertação pesquisada, foi possível constatar que foram publicadas 33 edições dessa revista, dentre essas 6 consistiram em Anais do CONBRACE e as outras 27 edições normais, que os temas abordados nos artigos dessa revista eram os mais variados, entre eles: Aptidão Esportiva, Aptidão Física, Psicologia do Esporte, Desenvolvimento Motor, Treinamento Esportivo, Atividade Física e Saúde, Esportes, Medicina do Esporte, Ginástica, Lazer e Recreação, História da Educação Física e dos Esportes, Sociologia do Esporte, Biomecânica, Antropometria, Educação Física Adaptada, Dança, Formação Profissional, Métodos de Pesquisa, Formação de Professores, Educação Física Escolar. Esse levantamento permitiu, ainda, localizar temas sem classificação na revista.

Entretanto, no que diz respeito aos artigos sobre as temáticas da formação de professores e práticas de Educação Física, que foram os de interesse desta pesquisa, o levantamento nas 24 (vinte e quatro) edições da Revista, pois do total de 33 (trinta e três) edições, 9 (nove) edições que se constituíram em Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, não foram consideradas nesta análise, permitiu observar que, os artigos ligados a

ambas as temáticas circularam em número pequeno, no caso 5 (cinco) relacionados ao tema formação de professores e 8 (oito) ligados ao tema práticas de Educação Física. Apesar disso, esses artigos da RBCE possibilitaram analisar e delinear as representações acerca de ambas temáticas em estudo, de um tempo passado, registradas em um objeto cultural construído pela imprensa periódica científica, do final da década de 1970 e início da década de 1990.

Quanto aos autores que publicaram sobre as temáticas da formação de professores e práticas de Educação Física na RBCE, foi possível constatar que esses falavam de dentro da academia, pois são autores que, na época já eram profissionais ligados ao meio acadêmico, pois alguns já tinham até livre docência, outros doutorado, outros mestres e mestrandos. Além disso, a grande maioria era formada na área de Educação Física. Muitos deles já eram professores de universidades tanto do Brasil quanto do estrangeiro.

Quanto aos conteúdos dos artigos acerca dessas temáticas, observou-se no que tange ao tema formação de professores que, esses artigos de um modo geral, aproximaram-se por trabalharem a temática da formação de professores, mas mesmo assim, versam sobre perspectivas diferentes, aspectos distintos, com olhares para a formação de professores ocorrida dentro das instituições de ensino superior. Contudo, foi possível perceber que, os autores desses artigos trabalharam as questões da formação de professores, em relação às disciplinas, as carências do Curso de Educação Física e a formação profissional do egresso.

Do mesmo modo, pode-se dizer que os artigos ligados ao tema das práticas de Educação Física, de um modo geral no que se referem aos seus conteúdos, aproximaram-se por trabalhar com a temática, mas também trataram de perspectivas diferentes e aspectos distintos, alguns com olhares mais direcionados aos debates mais filosóficos em torno da Educação Física. Outros ligados à prática da Educação Física em escolas da rede pública de 1ª a 4ª séries do 1º grau e na Pré-Escola. Outros relacionados a um trabalho interdisciplinar utilizando a Educação Física e com outra disciplina e ligado à Prática Desportiva.

De um modo geral, as análises realizadas, tanto dos artigos sobre formação de professores quanto a respeito das práticas de Educação Física, permitiu evidenciar que em seus conteúdos que as representações sobre formação de professores e as práticas de Educação Física, foram escritas em um período marcado por debates acadêmicos em torno da Educação Física, com a proliferação de discursos científicos, em uma época que ficou conhecida na História da Educação Física no Brasil, como de “crise” nessa área. Mas, que ainda as concepções de uma Educação Física de caráter competitivista de Pós 1964 ainda faziam parte de alguns debates.

REFERÊNCIAS

Legislação

BRASIL. **Decreto n. 66.967, de 27 de julho de 1970.** Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em Senado Federal – SICON: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2008,

_____. **Lei n. 5.692, 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto n. 69.450, de 1 de novembro de 1971.** Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Disponível em Senado Federal – SICON: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto-Lei n. 705, de 25 de julho de 1969.** Altera a redação do artigo 22 da Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Disponível em Senado Federal - SICON: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 05 de março de 2015.

_____. **Portaria n. 001, de 7 de abril de 1982.** Estabelece as normas para a organização e funcionamento do desporto escolar. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em 05 de março de 2015.

_____. **Decreto n. 80.228, de 25 de agosto de 1977.** Regulamenta a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em Senado Federal - SICON: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2015.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

MEC. **Portaria Ministerial n. 148, de 27 de abril de 1967.** Publicada no DOU de 23 de maio de 19. p. 5.617.

MEC/DED. **Lei n. 6.251/75; Política Nacional de Educação Física e Desportos; Plano Nacional de Educação Física e Desportos-PNED.** Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília, DF. 1976.

Fontes

RBCE. São Caetano do Sul, SP, v. 1, n. 1, 1979.

_____. São Caetano do Sul, SP, v. 1, n. 2, 1980.

_____. São Caetano do Sul, SP, v. 1, n. 3, 1980.

- _____. São Caetano do Sul, SP, v. 2, n. 1, 1980.
- _____. São Caetano do Sul, SP, v. 2, n. 2, 1981.
- _____. São Caetano do Sul, SP, v. 2, n. 3, 1981.
- _____. São Caetano do Sul, SP, Suplemento n 1, 1981.
- _____. São Caetano do Sul, SP, v. 3, n. 1, 1982.
- _____. Volta Redonda, RJ, v. 3, n. 2, 1982.
- _____. São Caetano do Sul, SP, v. 3, n. 3, 1982.
- _____. Volta Redonda, RJ, v. 4, n. 1, 1982.
- _____. São Paulo, SP, v. 4, n. 2, 1983.
- _____. São Paulo, SP, v. 4, n. 3, 1983.
- _____. Volta Redonda, RJ, v. 5, n. 1, 1983.
- _____. São Paulo, SP, v. 5, n. 2, 1984.
- _____. São Paulo, SP, v. 5, n. 3, 1984.
- _____. São Paulo, SP, v. 6, n. 1, 1984.
- _____. São Paulo, SP, v. 6, n. 2, 1985.
- _____. São Paulo, SP, v. 6, n. 3, 1985.
- _____. São Paulo, SP, v. 7, n. 1, 1985.
- _____. São Paulo, SP, v. 7, n. 2, 1986.
- _____. São Paulo, SP, v. 7, n. 3, 1986.
- _____. São Paulo, SP, v. 8, n. 1, 1986.
- _____. São Paulo, SP, v. 8, n. 2 e 3, 1987.
- _____. São Paulo, SP, v. 9, n. 1, 1987.
- _____. São Paulo, SP, v. 9, n. 2, 1988.
- _____. São Paulo, SP, v. 9, n. 3, 1988.
- _____. São Paulo, SP, v. 10, n. 1, 1988.

_____. Campinas, SP, v. 10, n. 2, 1989.

_____. Campinas, SP, v. 10, n. 3, 1989.

_____. Campinas, SP, v. 11, n. 1, 1989.

_____. Campinas, SP, v. 11, n. 2, 1990.

_____. Campinas, SP, v. 11, n. 3, 1990.

_____. Campinas, SP, v. 11, n. 3, 1990.

_____. Campinas, SP, v. 13, n. 1, 1991.

REFERÊNCIAS

AMADIO, A. C. Consolidação da Pós-graduação “stricto sensu” da escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo: trajetória acadêmica após 30 anos de produção. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.21, p.25-36, dez. 2007.

ARAÚJO, J. C. S.; CARVALHO, C. H.; NETO, W. G. Discutindo a história da educação, a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: _____. GATTI JR, Décio. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p. 91-132.

BARREIRA, L. C. et al. Estudo de periódicos: possibilidades para a história da educação brasileira. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

BETTI, M.. Por uma teoria da prática. **Motus Corporis**, v. 3, n. 2, p.73-127, 1996.

_____, M. **A Educação Física na escola brasileira de 1º e 2º graus, no período de 1930-1986: uma abordagem sociológica**. Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo, 1988.

BICCAS, M. S. Impresso pedagógico como fonte e objeto para a História da Educação em Minas Gerais: Revista de Ensino (1925-1940). In: MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida. **História da Educação: ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 71-106.

_____, M. S. **O Impresso como Estratégia de Formação Revista do Ensino de Minas Gerais (1925 – 1940)**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

_____. Roger Chartier: contribuições para a história da educação. In: LOPES, E. M. T. & FARIA FILHO, L. M. (Orgs). **Pensadores Sociais e História da Educação II**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

_____; FREITAS, M. C. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRACHT, V. **Sociologia crítica dos esportes: uma introdução**. Espírito Santo: UFES, 1997.

_____. Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 2000, p. 53-56.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CANTARINO FILHO, M. R. **A educação física no Estado Novo: história e doutrina**. Dissertação de mestrado (UnB), 1982.

CAPARROZ, F. **Entre a educação física na escola e a educação física da escola: a Educação Física como componente curricular**. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1996.

CARVALHO, C. H. de. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica. In: ARAÚJO, José Carlos Souza. GATTI JR, Décio. (Org.) **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 67-89.

CARVALHO, C. H. de.; INACIO FILHO, G. **Debates educacionais na imprensa: republicanos e católicos no Triângulo Mineiro – MG (1892 – 1931)**. In: SCHELBAUER, A., A. R.; ARAÚJO, J. C. S. (Org.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007. p. 53-84.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e educação física**. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 15ª ed. Campinas, Papirus, 2008.

CASTRO, C. In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, nº 2, 1º sem. 1997. p. 61-78.

CATANI, D. B; BASTOS, M. H. C. Apresentação. In: CATANI, D. B.; BASTOS; M. H. C. (Orgs.). **Educação em revista**. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 5-10.

CATANI, D. B. **A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional** **Educação e Filosofia**, Uberlândia: ed. UFV, v. 10, n. 20, 1996, p. 115 – 130.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n.11, jan./abril. 1991 p.173-191.

_____. **Práticas da leitura**. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. **História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª ed. Algés: Difel, 2002.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DACOSTA. L. P. da. **Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil**. Rio de Janeiro, MEC, FENAME, 1971.

DAMASCENO, L. G. **30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: educação física e a construção de uma hegemonia**, 330 f. Campinas, SP: [s.n], 2011.

DANTAS, M. J. **Revista Cidade Nova e as propostas de educação**. 2008. 173 f..
Dissertação (Mestrado em Educação). São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe - NPGED, 2008.

DAOLIO, J. **Educação Física brasileira: autores e atores da década de 80**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

_____. **Educação física e o conceito de cultura**. Polêmicas do nosso tempo. Campinas. 2004.

DARIDO, S. C.; BETTI, M.; **Educação física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 91 p.;

FERREIRA NETO, A. Publicações periódicas de ensino, de técnicas e de magazines em Educação Física e esporte. In: DACOSTA, L. P. (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. p. 776-777

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo; Editora Ática: 1999.

GERMANO, J. W.. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.

GINZBURG, C. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOELLNER, S. V.; *et al.* ESEF 70 anos: o processo de federalização sob o olhar discente. **Movimento**, vol. 16. Porto Alegre, 2010. p. 11-36.

GONDRA, J. G. **Combater a “Poética Pallidez”**: a questão da higienização dos corpos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. especial, p. 121-161, jul. /dez. 2004.

GUIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação física progressista: A pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira**. São Paulo: Loyola, 1988.

IANNI, O. **Ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

JUNIOR, A. E. B. Educação Física Escolar no Brasil e seus Resquícios Históricos. **Revista de Educação do Ideau**, n. 13. Alto Uruguai, 2011. p. 01-15.

KOKUBUN, E. Pós-graduação em Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 20, p. 31-32, set. 2006.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. de O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOVISOLO, H. Hegemonia e legitimidade nas ciências dos esportes. **Motus Corporis**, v.3, n.2, p.51-72, 1996.

MARINHO, I. P. **Condições a que deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física (contribuição ao Método Nacional de educação física)**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

_____. **História geral da educação física**. 2. Ed. São Paulo: Brasil, 1980.

_____. **História da Educação Física e Desporto no Brasil**. Rio de Janeiro, 1981.

MARTINS, N. R. & SOUZA E SILVA, R. V. **Pesquisas brasileiras em Educação Física e Esportes: tendências das teses e dissertações**. Sistema de publicação eletrônico de teses e dissertações. Uberlândia: UFU/NUTESES, 2005.

MEDEIROS, M. **Didática da educação física**. Goiânia; Editora da UFG, 1998.

MEDINA, J. P. S. **Educação física cuida do corpo... e “mente”**. 8. ed. Campinas: Papirus, 1989.

MELO, V. A. **História da educação física e dos esportes no Brasil: panoramas e perspectivas**. São Paulo: IBRASA, 1999.

NÓVOA, A. **A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português**. In: Educação em revista: a Imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

_____. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. CATANI, D. B; BASTOS, M. H. C. (orgs). **Educação em Revista – A imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

NOZAKI, H. T. Mundo do trabalho, formação de professores e conselhos profissionais. In: FIGUEIREDO, Z. C. Ca., (Org.). **Formação Profissional em educação física e mundo do trabalho**. Coletânea de textos, v. 1, 2005 (Vitória. Gráfica da Faculdade Salesiana).

OLIVEIRA, T. C. **Concepções de Educação Física na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (1979-1986)** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia-MG, 2011.

PAIVA, F. S. L. Notas para pensar a educação física a partir do conceito de campo. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. especial, p. 51-82, jul. /dez. 2004.

PEREIRA, L. E. **Índice da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**. Brasília: MEC/SEED, 1983.

PELEGRINE, T. **Educação Física, ciência e hegemonia – uma análise das políticas públicas para o ensino superior e para a pós-graduação (1969-1985)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2008.

_____. **A Revista Brasileira de Ciências do Esporte e a Revista Stadium: materialidades, estratégias editoriais e representações (1979-1986)**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Uberlândia. 384 f. Uberlândia, MG. 2014.

PINTO, J. F. **Representações de esporte e Educação Física na Ditadura militar: Uma leitura a partir da Revista de História em quadrinhos Dedinho (1969-1974)**. Dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2003.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**. 16. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTIN, S. **Educação física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento**. Porto Alegre: EST/ESEF-UFRGS, 1996.

SAVIANI, D. **Análise crítica da organização e escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71**. In: GARCIA, Walter E. Educação brasileira contemporânea : organização e funcionamento. São Paulo: McGraw- Hill, 1976.

SOARES, C. L. **Educação física: raízes européias e Brasil**. 2. ed. revista. Campinas: Autores Associados, 2001.

SOFISTE, A. F. S. **O Processo de Regulamentação dos Professores de Educação Física: Um estudo a partir da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (1996-2005)**. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais>>. Acesso em 10 de fev. 2017

SOUZA NETO, S. de. et al. **A Formação do Profissional de Educação Física no Brasil: Uma História sob a perspectiva da legislação federal no século XX**. 2004.

STEINHILBER, J. Pontos, contrapontos e questões pertinentes à regulamentação do profissional de educação física. **Motriz**, Rio Claro, v. 4, n.1, 1998.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. **A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência**. 2001. 398 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

_____. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 51-75, jan./jun. 2002.